ÂNIMA HOLDING S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ÂNIMA HOLDING S.A., ("ÂNIMA" ou "Companhia"), com sede e foro na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, é uma sociedade anônima de capital aberto registrada B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código ANIM3, que tem por objeto a prestação de serviços de assessoramento, consultoria e gestão a empresas e a participações direta e indireta no capital de empresas que atuam em:

- a) Administração de instituições de ensino e auxílio às atividades de apoio à educação.
- b) Prestação de serviços de ensino em níveis fundamental, médio, superior, incluindo cursos livres, de graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado, extensão universitária, especialização, cursos a distância, bem como a realização de pesquisas.
- c) Organização de congressos, seminários, palestras, eventos culturais, publicações e serviços de informação na internet, como portais, provedores de conteúdo e outros, a distribuição de vídeo e de programas de televisão.
- d) Prestação de serviços de consultoria na área de educação e inovação tecnológica.

A Ânima Holding S.A. e suas controladas doravante serão referidas como "Grupo" para fins destas demonstrações financeiras, exceto se de outra forma indicado em informação específica.

As controladas diretas e indiretas da Companhia estão sumariadas na Nota Explicativa nº 2.3.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRSs e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

2.2 <u>Base de elaboração</u>

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data de aquisição.

2.3 Bases de consolidação em investimentos em controladas e controladas em conjunto

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo, e são interrompidas a partir da data em que o controle termina.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha participações nas seguintes controladas, diretas, indiretas e em conjunto e também nas seguintes coligadas:

	Participação %	
	31/12/2020	31/12/2019
Controladas diretas		
IEDUC - Instituto de Educação e Cultura S.A. ("IEDUC")	100	100
Brasil Educação S.A. ("Brasil")	100	100
VC Network Educação S.A. ("VC Network")	100	100
Instituto de Educação, Cultura e Ensino Superior S.A. ("Unimonte")	100	100
PGP Posse Gestão Patrimonial S.A. ("PGP Gestão")	100	100
HSM do Brasil S.A. ("HSM Brasil")	100	100
PGP Educação S.A. ("PGP Educação")	100	100
SOBEPE - Sociedade Brasileira Edu. Cult. Pesquisa S.A. ("Sobepe")	100	100
Dysgu Educacional Ltda ("Dysgu")	100	100
Insegnare Educacional Ltda ("Insegnare")	100	100
A2S Tecnologia para Educação Ltda ("A2S")	100	-
Controladas indiretas		
UNA Gestão Patrimonial S.A. ("UNA GP")	100	100
Sociedade de Educação Superior e Cultura Brasil S.A. ("Sociesc")	100	100
FACEB Educação Ltda. ("FACEB")	100	100
Instituto Politécnico de Ensino Ltda. ("Politécnico")	100	100
Instituto Ânima de Extensão Universitária	100	100
Cesuc Educação Ltda ("Cesuc")	100	100
Sociedade Catalana de Educação Ltda ("Catalana")	100	100
AGES Empreendimentos Educacionais Ltda ("Ages")	100	100
VIDAM Empreendimentos Educacionais Ltda ("Vidam")	100	100
Instituto de Educação Unicuritiba Ltda ("Unicuritiba")	100	-
Inovattus Empreendimentos e Participações Ltda ("Inovattus")	100	-
Centro de Ensino Superior de Vespasiano Ltda ("Faseh")	74	-
CESG - Centro de Educação Superior de Guanambi S/A ("UniFG")	55	-
Room Sistemas Interativos Ltda ("Medroom")	100	-
Controlada em conjunto (joint venture)		
Le Cordon Bleu Ânima Ltda. ("LCB")	50	50
<u>Coligada</u>		
Universidade Virtual Brasileira ("UVB")	10	10
Educa Itapevi	18	-
Singularity Education Group ("Singularity")	4	-

2.4 Comparabilidade

A demonstração dos resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não inclui os resultados integrais das investidas Ages e Vidam, que passaram a ser consolidadas a partir de 5 de agosto de 2019. Também não estão incluídos os resultados integrais das investidas Unicuritiba, Faseh/Inovattus, UniFG, A2S e Medroom, que passaram a ser consolidadas a partir de fevereiro de 2020, maio de 2020, julho de 2020, agosto de 2020 e novembro de 2020, respectivamente.

A leitura das informações contábeis deve considerar esses aspectos.

Apresentamos a seguir, na forma sumarizada, as contas do resultado, na data de aquisição das empresas adquiridas no exercício de 2020 que possuem maior relevância no contexto da leitura das demonstrações financeiras:

		Resultado	Consolidado		anterior ao olidado
Investidas	Data de aquisição	Receita Iíquida	Lucro (Prejuizo)	Receita líquida	Lucro (Prejuizo)
Unicuritiba	10/02/2020	62.288	(3.143)	6.251	2.905
Faseh	07/05/2020	37.555	7.402	18.772	(10.267)
Inovattus	07/05/2020	-	4.068	-	(9.162)
Unifg	01/07/2020	28.073	(3.310)	35.711	(9.277)
Medroom	19/11/2020	6	(32)	1.135	(2.862)

2.5 <u>Apresentação de relatórios por segmentos operacionais</u>

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, que é o Conselho de Administração, responsável, inclusive, pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

2.6 <u>Moeda funcional e moeda de apresentação</u>

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais – R\$, que é a moeda funcional e também de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.7 <u>Demonstração do valor adicionado</u>

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), na Controladora e no Consolidado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 –

"Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência disso, a DVA está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

2.8 Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 16 de março de 2021.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS, DECLARAÇÃO DE RELEVÂNCIA E JULGAMENTOS

3.1 Políticas contábeis e declaração de relevância

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas e resumidas nas notas explicativas da respectiva rubrica, e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados para a Controladora e suas Controladas.

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a Orientação Técnica OCPC 7 e Deliberação CVM nº 727/14, com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão do negócio.

3.2 <u>Julgamentos e estimativas contábeis</u>

De acordo com as normas IFRS e as normas do CPC, é exigida da Administração a realização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados. Essas estimativas e premissas são revisadas continuamente e seus efeitos são reconhecidos no período em que são revistas, podendo, no entanto, haver divergências entre os resultados reais e as estimativas acima citadas.

Esses julgamentos e estimativas relevantes estão relacionados a provisão para perdas estimadas em créditos, reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos, contratos de arrendamento, avaliação de perdas do valor recuperável de ativos não financeiros e provisão para riscos (notas explicativas nº 7, 10, 14, 15 e 22, respectivamente).

A partir de 01 de janeiro de 2020, a Companhia e suas controladas optaram por alterar a estimativa contábil de amortização do intangível "Marcas", conforme previsto pelo CPC 23 Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro. Tal alteração reflete o entendimento da Administração de que as marcas precisam de manutenção constante para garantir seu perfil e posicionamento perante o mercado e seu valor perante a concorrência. Por este motivo, a Companhia e suas controladas passaram a adotar, a partir de 01 de janeiro de 2020, vida útil estimada de 30 anos para suas marcas, antes considerada como indefinida. Apesar da mudança de vida ser um indicativo de *impairment* conforme previsto na norma contábil, os testes de avaliação do valor recuperável realizados em 31 de dezembro de 2020 não resultaram em reconhecimento de perdas adicionais por *impairment*, além daquelas já reconhecidas em 31 de março de 2020 referentes à UGC HSM.

3.3 Efeitos da pandemia provocada pela COVID 19

a) Contexto geral

Desde a declaração pela Organização Mundial da Saúde ("OMS"), em 11 de março de 2020, do surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia, os Governos de quase todo o mundo vêm adotando várias medidas restritivas, especialmente envolvendo isolamento social, com o objetivo de conter a disseminação do vírus, ou pelo menos mitigar a curva de contágio, a fim de possibilitar que o maior número de pessoas possa ter tratamento adequado. Já são perceptíveis diversos efeitos dessas medidas na economia mundial.

Os principais blocos econômicos e as principais economias mundiais têm lançado mão de estímulos e subsídios econômicos para superar o agravamento da recessão econômica que já se apresenta como consequência das medidas de isolamento.

No Brasil continuam sendo publicadas diversas medidas para prevenir e conter a pandemia, bem como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, que declara o estado de calamidade pública, publicado em 20 de março de 2020 e que segue em vigor. Os governos estaduais e municipais também têem mantido diversas normas que buscam restringir a circulação e aglomeração de pessoas, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

b) Medidas de assistência governamental

Com o objetivo de apoiar as empresas no combate a pandemia, seguem abaixo as medidas de apoio econômico e financeiro ofertadas pelos governos e adotadas pela Companhia e suas controladas:

- Postergação do recolhimento do PIS e da COFINS, da Contribuição Previdenciária e do seguro contra acidentes relativos às competências março e abril para os meses de agosto e outubro de 2020 – conforme MP 139/2020;
- Postergação do recolhimento do FGTS, referente às competências de abril e maio, que deverão ser pagos a partir de julho e poderão ser parcelados em até seis vezes, de julho até dezembro de 2020 – conforme MP 927/2020;
- Redução das alíquotas das contribuições aos serviços sociais autônomos (sistema S) no período compreendido entre abril e junho de 2020 – conforme MP 932/2020;
- Isenção do Imposto para Operações Financeiras ("IOF") para empréstimos e financiamentos conforme Decretos que alteraram o Decreto 6.306/2007 consecutivamente como segue: Decreto 10.305/2020 de 1º de abril de 2020 de operações contratadas no período entre 3 de abril de 2020 e 3 de julho de 2020, decreto 10.504 de 2 de outubro de 2020 de operações contratadas entre 3 de abril de 2020 e 31 de dezembro de 2020, decreto 10.551/2020 de 25 de novembro de 2020 de operações contratadas entre 3 de abril de 2020 e 26 de novembro de 2020 e por último o decreto 10.572 de 11 de dezembro de 2020 de operações contratadas entre 15 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2020.

Essas medidas, possuem caráter temporário e visam mitigar possíveis impactos da pandemia para o período. Por essa razão não impactam no caixa ou no capital circulante líquido da Companhia para o exercício de 2020.

Além das medidas acima indicadas, a Companhia e suas controladas estão analisando cuidadosamente todas as novas diretrizes políticas governamentais em resposta à pandemia que tragam novas possibilidades de alívio financeiro aos contribuintes,

tendo em conta medidas que possam estender os efeitos das normas adotadas, incluir novas reduções ou postergações de valores a receber pela prestação de seus serviços.

c) Medidas adotadas pela Companhia

A Companhia e suas controladas adotaram diversas medidas para mitigar os efeitos da pandemia e manutenção de suas atividades. Dentre essas medidas, destacam-se as sequintes:

- Constituição, em março de 2020, de um Comitê de Prevenção e Cuidado, composto por líderes do alto escalão, bem como pessoas designadas para cuidar exclusivamente do tema e adoção de protocolos de ação objetivos com comunicações diárias a nossos educadores e educadoras, bem como aos nossos estudantes e que já tem pauta fixa semanal nas reuniões de Diretoria da Companhia;
- O modelo acadêmico híbrido nos permitiu que 100% da nossa base de cerca de 140 mil alunos (que já inclui os alunos da co-gestão com a Unisul) sigam vivendo sua experiência acadêmica a partir de suas casas, em um cenário de aprendizagem que usa a tecnologia como ferramenta de aprimoramento desse encontro entre professores e alunos;
- Nossos educadores e educadoras, continuam preservados e, sem nenhum prejuízo das atividades, seguem trabalhando remotamente, com exceção apenas das equipes de segurança e manutenção, em regime de escala para garantir a integridade das nossas instalações.
- Como reportamos, estamos mantendo a parceria com a Mapfre Seguros e seguimos oferecendo, sem qualquer custo adicional, um seguro educacional que, em casos de perda de renda decorrente da perda involuntária de emprego ou incapacidade física total temporária por doença ou acidente do responsável financeiro, poderá garantir o pagamento de até 3 mensalidades. Em caso de falecimento do responsável financeiro a garantia se estenderá para até 12 mensalidades, sempre dependendo de serem atendidas as regras de cobertura e condições do seguro. O custo para a Companhia é de um percentual da mensalidade da base de alunos.
- Continuamos também ofertando duas novas modalidades de financiamentos para alunos com rendimento acadêmico igual ou superior a 70%: financiamento de 50% da mensalidade para alunos sem garantidor e 75% de financiamento para aqueles que oferecerem um garantidor. Nessas duas novas alternativas o risco é compartilhado: a Companhia assume o risco no primeiro ano da formação dessa carteira e, dependendo do comportamento dos financiados, após esse período limitado, o PraValer assume o risco.
- O canal de contato para que pessoas que têm se sentido fragilizadas possam compartilhar suas ansiedades continua em plena atividade, contando com uma equipe preparada de profissionais que tem contribuído nos aspectos que envolvem a saúde mental de todos os nossos alunos e alunas.
- Elaboramos todos os protocolos de retorno de atividades presenciais e estamos prontos para retomá-las assim que os contextos e autoridades locais permitirem.

d) Impacto nas informações financeiras

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas avaliaram o cenário perante a disseminação do surto de COVID-19 e adotamos os seguintes posicionamentos sobre os assuntos abaixo:

 Reconhecimento de receita: N\u00e3o tivemos impacto em nosso reconhecimento de receita, uma vez que nossos alunos est\u00e3o tendo aulas normalmente atrav\u00e1s de nossas tecnologias digitais;

- Arrendamento financeiro: Realizamos algumas negociações junto aos nossos parceiros, envolvendo descontos e ou redução nos valores de nossos espaços locados. Para 31 de dezembro de 2020, já refletimos em nossas demonstrações financeiras os valores dos descontos obtidos;
- Risco de crédito (contas a receber de alunos): Conforme informado no item anterior fizemos um seguro para cobrir eventuais riscos de pagamento das mensalidades por parte dos alunos e também conseguimos junto ao nosso parceiro PraValer, a flexibilização das regras para obtenção de financiamento, com o objetivo de minimizar os possíveis impactos de inadimplência por parte dos alunos.
- Perdas esperadas no contas a receber: Para 31 de dezembro de 2020, já fizemos um incremento no reconhecimento para fins de perdas esperadas com créditos com alunos. Como divulgamos acima, implementamos medidas preventivas na busca de reverter parte do impacto da PDD nos nossos resultados e buscando equilibrar retenção e sustentabilidade, de forma a possibilitar a continuidade dos estudos para o maior número de estudantes. Embora o conjunto desses esforços esteja nos trazendo sinais positivos referentes à rematrícula, a inadimplência continua sendo motivo de cuidado, dada a incerteza do ambiente macroeconômico, o que exige de nós atenção redobrada, além da continuidade e intensificação das iniciativas citadas acima;
- Redução ao valor recuperável de ativos: Atualizamos o teste de *impairment* para a nossa UGC HSM, que é a UGC com possibilidade de impacto em suas operações por ter como atividade operacional principal eventos e cursos *In Company* os quais são naturalmente impactados pelo isolamento social. Para atualização do modelo, revisamos o cenário atual para cada uma das suas atividades ofertadas por esta UGC, revendo estimativas e premissas. Diante do estudo atualizado a Companhia registrou R\$ 61.556 como perda por *impairment*, na data-base de 31 de março de 2020 e que reflete também em 31 de dezembro de 2020.

e) Continuidade operacional

Mesmo diante de tantas incertezas trazidas por esta pandemia, a Administração da Companhia tomou medidas de continuidade de suas atividades, mantendo as aulas para seus quase 140 mil alunos (que já inclui os alunos da co-gestão com a Unisul), mantendo os postos de trabalho de home office a todo o corpo administrativo e medidas de proteção ao caixa, tudo isto para proteger e manter a continuidade das atividades da empresa.

4. ADOÇÃO DAS NOVAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIO FINANCEIRO (IFRS)

As seguintes alterações de normas entraram em vigor no exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020:

- Definição de material: alterações ao IAS 1/CPC 26 "Apresentação das Demonstrações Contábeis" e IAS 8/CPC 23 "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro";
- Definição de negócio: alterações ao IFRS 3/CPC 15 "Combinação de Negócios";
- Reforma da IBOR: alterações ao IFRS 9/CPC 48, IAS 39/CPC 38 e IFRS 7/CPC 40 "Instrumentos Financeiros";
- Estrutura Conceitual Revisada para Relatórios Financeiros;
- Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: alterações ao IFRS 16/CPC 06(R2) "Arrendamentos".

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia, exceto em relação às alterações do IFRS 16/CPC 06 (R2), cujos impactos estão mencionados na Nota 14.

5. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIO

Política contábil

São registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos.

5.1 Composição preço de compra

	2019											2020
Data de aguisição	Ages/Vidam 05/08/2019		Ages/Vidam 05/08/2019	Unicuritiba		Faseh Inovattus 07/05/2020		UniFG 01/07/2020		Medroom 19/11/2020		Total
aquisição	03/06/2019		03/06/2019	10/02/2020		07/03/2020		01/07/2020		19/11/2020		Total
Composição do preço de compra e do ágio Pagamento												
antecipado	-		-	-		-		20.050		-		20.050
Pagamento à vista Pagamentos	44.758	(i)	-	109.267	(v)	36.941	(vii)	26.000	(x)	8.242	(xiii)	180.450
parcelados	5.000	(ii)	-	8.038	(vi)	55.904	(viii)	17.800	(xi)	3.000	(xiv)	84.742
Earn-out Pagamento em ações da	50.000	(iii)	-	-		63.500	(ix)	44.000	(xii)	12.350	(xv)	119.850
Companhia	35.000		-	20.000		-		-		-		20.000
Valor nominal da aquisição	134.758		<u>-</u>	137.305		156.345		107.850		23.592		425.092
(-) Ajuste a valor presente	(1.526)		-	-		(21.328)		(13.705)		(4.039)		(39.072)
Valor presente da aquisição	133.232		<u>-</u>	137.305		135.017		94.145		19.553		386.020
Ativos líquidos adquiridos a valor justo	7.549		(31.712) (iv)	29.753		16.686		8.459		(4.712)		18.474
Ágio gerado na aquisição	125.683		31.712	107.552	-	118.331	-	85.686		24.265		367.546
Composição do caixa líquido na aquisição Contrapartida paga em caixa á vista (-) Saldo de caixa e equivalentes de caixa	44.758		-	109.267		36.941		26.000		8.242		180.450
adquiridos	(1.041)		<u>-</u>	(5.473)		(20.111)		(6.020)		(304)		(31.908)
Valor presente pago	43.717			103.794	:	16.830	•	19.980	i	7.938		148.542

- (i) Pago em 5 de agosto de 2019.
- (ii) Pago em 7 de outubro de 2019.
- (iii) Pagamentos de R\$ 15.000 em 20 de janeiro de 2020 e R\$ 25.000 em 13 de março de 2020, permanecendo ainda o valor de R\$ 10.000 em aberto classificado como "títulos a pagar" (R\$ 8.475 a valor presente em 31 de dezembro de 2020).
- (iv) Complemento de mensuração dos ativos e passivos adquiridos da Ages/Vidam, referentes a saldos de FGEDUC, imobilizado, intangível e bolsa Predu existentes no balanço de abertura, realizado em 2020 (dentro do período de mensuração permitido pela norma).
- (v) Pagamento de R\$ 109.267 (R\$ 104.500 à vista e R\$ 4.767 em 11 de março de 2020).
- (vi) Pagamento de R\$8.038 em 27 de maio de 2020 devido à variação do preço das ações da Companhia entre a data de fechamento da operação e a de disponibilização das ações aos vendedores.
- (vii) Pagos entre os meses de março e junho de 2020.
- (viii) Pagamentos no montante de R\$4.854 em julho de 2020 e mais duas parcelas de R\$25.525 a serem pagas em 12 e 24 meses contados do fechamento da compra, corrigidas pelo INPC.
- (ix) Earn-out, da ordem de até R\$ 63.500, a ser pago em até 36 meses, dependendo do atingimento de resultados, metas e condições futuras.
- (x) Pagamento de R\$ 26.000 em 31 de agosto de 2020.
- (xi) Pagamentos de R\$ 11.500 em 23 de dezembro de 2020, permanecendo ainda em aberto o valor de R\$ 6.300 classificado como "títulos a pagar".
- (xii) Do montante de R\$ 44.000, foram pagos R\$ 6.500 em 23 de dezembro de 2020, a título de antecipação, permanecendo em aberto o montante de R\$ 37.500 a ser pago até 1 de julho de 2023 conforme cumprimento de metas operacionais.
- (xiii) Pagamento de R\$ 4.557 em 30 de novembro de 2020 e R\$ 3.685 divididos em seis parcelas anuais corrigidas pelo INPC, sendo a primeira em novembro de 2021.
- (xiv) Pagamento de R\$ 3.000 realizado em novembro de 2020, pelos ativos conversíveis em ações.
- (xv) Earn-out de até R\$ 12.350 a serem pagos da seguinte forma: R\$ 4.350 em 30 de janeiro de 2025 e R\$ 8.000 em 30 de janeiro de 2026, conforme cumprimento de metas operacionais.

5.2 Valor justo das aquisições

	2019				2020
_					
<u>Valor de livros</u>	Ages / Vidam	Unicuritiba	Faseh / Inovattus	UniFG	Medroom
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	1.041	5.473	20.111	6.020	304
Outros ativos circulantes	820	7.802	2.564	7.652	1.010
Ativos não circulantes	210	252	1.053	62.088	103
Imobilizado	6.520	2.976	3.705	7.389	219
Intangível	19	385	524	-	-
Passivos					
Circulantes	48.934	12.351	26.039	47.308	6.348
Não circulantes	27.724	2.386	3.886	37.631	-
Participação de minoritários	-	-	474	(806)	-
_ _	(68.048)	2.151	(2.442)	(984)	(4.712)

	2019	-			2020
	Ages / Vidam	Unicuritiba	Faseh / Inovattus	UniFG	Medroom (i)
Alocação dos valores justos					
Ativos					
Intangível					
Carteira de clientes	11.928	-	5.692	3.984	-
Licença	37.611	23.858	33.602	22.030	-
Marca	16.954	17.966	=	-	-
Passivos					
IR/CS diferido passivo	(22.608)	(14.222)	(13.360)	(8.845)	-
Participação de minoritários	<u> </u>	-	(6.806)	(7.726)	=
	43.885	27.602	19.128	9.443	
Ativos líquidos adquiridos a valor justo	(24.163)	29.753	16.686	8.459	(4.712)

(i) Com relação à Medroom, a alocação do preço de compra está dentro do prazo permitido pela norma, a ser completado em até um ano após a aquisição.

6. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Política contábil

O caixa e as aplicações são reconhecidos ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento de cada balanço, em base *pro rata temporis*, não superiores aos valores de realização.

A composição do saldo de caixa, equivalentes e aplicações é como segue:

	Contro	ladora	Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	
Caixa e bancos	437	60	17.156	11.795	
Aplicações financeiras - Operações	17.663	3.297	56.027	19.757	
Total do caixa e equivalentes de caixa	18.100	3.357	73.183	31.552	
Aplicações financeiras - Investimento	1.056.301	86.764	1.204.671	151.042	
Total das aplicações financeiras	1.056.301	86.764	1.204.671	151.042	

Os valores de caixa e equivalentes de caixa são representados pelos valores em caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras de curto prazo e alta liquidez, cujo vencimento original é igual ou menor que 90 dias e que têm risco insignificante de variação no valor justo.

As aplicações financeiras – investimento, são representadas por Certificados de Depósito Bancário (CDB) e fundos de investimentos, com liquidez imediata, que têm por objetivo investir em ativos financeiros de renda fixa, de baixo risco, que busquem acompanhar as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários – CDI. No entanto, tendo em vista as atuais condições de mercado (volatilidade e baixo nível de taxa de juros), a rentabilidade das cotas desses fundos atingiu, nos últimos doze meses, percentuais entre (-235,88%) e 249,03% do CDI.

7. CONTAS A RECEBER

Política contábil

O saldo de contas a receber representa os valores nominais dos títulos acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias em base *pro rata temporis*, deduzidos da provisão para perdas estimadas, que, por sua vez, é calculada em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas na realização dos créditos com base na análise da carteira de clientes.

Julgamento e estimativas contábeis

A provisão para perdas estimadas em crédito é apresentada como redução das contas a receber e é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas esperadas na realização das contas a receber decorrentes de suas atividades, considerando os riscos envolvidos. A Companhia constitui mensalmente a provisão para perdas estimadas de crédito analisando os valores mensais dos recebíveis e as respectivas aberturas por faixas de atraso.

A Companhia e suas controladas adotam como política contábil a baixa dos títulos vencidos acima de dois anos, embora continuem os esforços para seu recebimento.

Composição dos saldos

	Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	
Contas a receber mensalidades (a)	363.015	230.339	
FIES - Financiamento estudantil (b)	80.830	31.730	
Financiamentos (c)	58.033	48.444	
Eventos	12.304	12.449	
Aluguéis, serviços e outros	50.920	30.108	
Total	565.102	353.070	
Provisão para perdas estimadas - exceto FIES (d)	(156.667)	(114.229)	
Provisão para perdas estimadas - FIES (e)	(29.457)	(25.495)	
Total	(186.124)	(139.724)	
Total geral contas a receber	378.978	213.346	
Ativo circulante	343.602	213.346	
Ativo não circulante (f)	35.376	-	

- (a) Referem-se a mensalidades, negociações efetuadas através de boletos, empresas de cobrança, cheques pré-datados, cartões de créditos e cheques devolvidos.
- (b) Referem-se a mensalidades financiadas pelo programa governamental FIES Fundo de Financiamento Estudantil, líquidos de comissões (FGEDUC, FG-FIES e agente financeiro). O FNDE Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação repassa estes valores por meio de créditos que são utilizados para compensação de impostos e contribuições federais, podendo, ainda, estes créditos serem recomprados pelo Fundo.
- (c) Referem-se a mensalidades financiadas, líquidas do ajuste a valor presente, onde o aluno paga entre 33% e 65% do valor nominal de sua mensalidade durante seus estudos e o restante após formado até completar o dobro do tempo do curso. As taxas

- de financiamento podem variar entre 0 e 3% a.a. conforme a modalidade do contrato do aluno, mais correção pela inflação. Esta rubrica é composta pelos saldos os financiamentos relativos ao Pravaler Gestão, Fiages (AGES) e Unimais (Unicuritiba).
- (d) A Companhia e suas controladas constituem provisão para perdas estimadas por meio de análise do saldo dos clientes por carteira e as respectivas aberturas por faixas de atraso, sendo considerados o histórico de inadimplência, as negociações em andamento e as perspectivas de recebimento futuro em um cenário conservador. Nessa metodologia, a cada faixa de vencimento de cada carteira é atribuído um percentual de probabilidade de perda, a qual é recorrentemente provisionada. A administração da Companhia avalia constantemente a necessidade da alteração nos percentuais de provisão para perda com o objetivo de refletir o impacto causado pelo ambiente macroeconômico do país.
- (e) As controladas da Companhia constituem provisões para perdas estimadas para os valores gerados no âmbito do FIES. Para contratos não cobertos pelo FGEDUC e os 10% dos contratos cobertos pelo FGEDUC, é constituída uma provisão de 6% sobre o valor financiado.
- (f) Referem-se aos valores financiados conforme detalhado na letra "c" com vencimento acima de um ano.

O saldo de contas a receber por data de vencimento está distribuído conforme quadro abaixo, onde também são demonstrados os percentuais médios de perda estimada das carteiras por faixa de vencimento utilizados na política da Companhia:

	Consolidado						
	31/12/2020						
	Saldo do contas a receber	Provisão para perdas estimadas	% Perda por faixa de vencimento	Saldo líquido			
FIES							
A vencer	80.830	(2.809)	-	78.021	20,59%		
Perda de crédito FIES	-	(26.648)	-	(26.648)	(7,03%)		
Cartão de crédito	34.135	-	-	34.135	9,01%		
A vencer							
De 0 a 360 dias	137.506	(21.357)	15,53%	116.149	30,65%		
Mais de 360 dias	37.819	(2.901)	7,67%	34.918	9,21%		
Vencidos:							
De 0 a 90 dias	102.724	(28.024)	27,28%	74.700	19,71%		
De 91 a 180 dias	54.769	(17.335)	31,65%	37.434	9,88%		
De 181 a 360 dias	50.952	(29.841)	58,57%	21.111	5,57%		
De 361 a 720 dias	66.367	(57.209)	86,20%	9.158	2,42%		
Total	565.102	(186.124)	32,94%	378.978	100%		

(*) Refere-se ao percentual de participação em relação ao total do contas a receber por faixa de vencimento.

	Consolidado							
	31/12/2019							
	% Perda							
	Saldo do	Provisão para	por faixa					
	contas a	perdas	de	Saldo				
	receber	estimadas	vencimento	líquido	% (*)			
FIES								
A vencer	31.730	-	-	31.730	14,87%			
Vencido	-	-	-	-	-			
Perda de crédito FIES	-	(25.495)	-	(25.495)	(11,95%)			
Cartão de crédito	29.010	-	-	29.010	13,60%			
A vencer	103.814	(9.602)	9,25%	94.212	44,16%			
Vencidos:								
De 0 a 90 dias	59.129	(15.053)	25,46%	44.076	20,66%			
De 91 a 180 dias	27.115	(9.830)	36,25%	17.285	8,10%			
De 181 a 360 dias	38.786	(24.505)	63,18%	14.281	6,69%			
De 361 a 720 dias	63.486	(55.239)	87,01%	8.247	3,87%			
Total	353.070	(139.724)	39,57%	213.346	100%			

(*) Refere-se ao percentual de participação em relação ao total do contas a receber por faixa de vencimento.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa nos exercícios é como segue:

	Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	
Saldo inicial	139.724	127.193	
Provisão para crédito de liquidação duvidosa do	85.528	47.435	
exercício			
Combinação de negócio UNICURITIBA	10.222	-	
Combinação de negócio FASEH	1.832	-	
Combinação de negócio UniFG	3.362	-	
Combinação de negócio FACED	-	205	
Títulos baixados no exercício (i)	(54.544)	(35.109)	
Saldo final	186.124	139.724	

(i) Refere-se a títulos baixados vencidos há mais de dois anos.

8. ADIANTAMENTOS DIVERSOS

	Contro	ladora	Consolidado		
	31/12/2020 31/12/2019 3		31/12/2020	31/12/2019	
Fornecedores	2.841	3.235	7.515	12.143	
Funcionários	637	499	17.470	15.627	
Total	3.478	3.734	24.985	27.770	
Ativo circulante	3.478	3.734	24.985	27.770	

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Contro	ladora	Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	
IRRF (a) PIS/COFINS/CSLL Antecipação de IRPJ/CSLL (b)	3.706 49	730 49 -	11.742 5.117 2.684	8.158 4.524 2.520	
Outros	-	-	1.580	1.735	
Total	3.755	779	21.123	16.937	
Ativo circulante Ativo não circulante	2.698 1.057	779 -	5.880 15.243	4.088 12.849	

- (a) Refere-se, principalmente, a Imposto de Renda retido sobre as aplicações financeiras.
- (b) Referem-se, principalmente, a valores a compensar, relativos às antecipações de Imposto de Renda e Contribuição Social da controlada UNA GP, dos exercícios de 2000 e 2001, para o qual um pedido de restituição foi protocolado junto a RFB (Receita Federal do Brasil) em 2014. O processo de restituição encontra-se em tramitação interna na RFB e já houve manifestação da mesma, por meio de um despacho decisório emitido em 08 de maio de 2018 deferindo, nos termos do relatório e fundamentos do despacho ora emitido, o pedido de restituição do crédito, acrescido de juros nos termos do §4º do art. 39 da Lei 9.250/95, observados os artigos 61 a 66 da IN 1300/2012.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTES E DIFERIDOS

Política contábil

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são registrados pelo regime de competência e calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitadas a 30% do lucro real.

As controladas (diretas e/ou indiretas) Brasil, IEDUC, Unimonte, Sociesc, Faceb, Politécnico, Catalana, Ages, Vidam, Unicuritiba, Faseh e UniFG calculam o Imposto de Renda e a Contribuição Social considerando, ainda, os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal nº 456, especialmente ao Programa Universidade para Todos - PROUNI e, ainda, considerando o lucro da exploração sobre as atividades isentas. Sobre as receitas não isentas, o Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados utilizando as alíquotas nominais de 25% e 9%, respectivamente, sobre lucros tributáveis ajustados de acordo com legislação específica.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social é composta pelos impostos e contribuições correntes e diferidos.

<u>Julgamento e estimativas contábeis</u>

A Companhia reconhece o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre diferenças temporárias dedutíveis, prejuízo fiscal e base negativa, somente quando hà provável disponibilidade de lucros tributáveis futuros, ou quando hà reconhecimento de imposto diferido passivo decorrente de combinação de negócios, limitados a 30%.

Adicionalmente, considerando os eventuais riscos associados a eventual descontinuidade dos benefícios e isenções anteriormente mencionados, os saldos de passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos às alíquotas nominais de 25% e 9%.

10.1. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

<u>Ativo</u> - A Companhia e suas controladas possuem créditos fiscais de IRPJ sobre prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa, entretanto, a contabilização de ativos diferidos sobre esses créditos fiscais somente ocorre quando há segurança razoável de sua realização. A controladora possui prejuízos fiscais e base negativa de CSLL no montante de R\$ 419.253 (R\$ 257.158, em 31 de dezembro de 2019) e, no consolidado, o montante de R\$ 659.319 (R\$ 463.039, em 31 de dezembro de 2019), não sujeitos a prazo prescricional.

Segue abaixo a movimentação do saldo do crédito tributário diferido ativo:

Segue abaixo	a movimentação	do saldo do credito	o tributario diferido	ativo:
		Conso	lidado	
	Saldo inicial	Movime	entação	Saldo final
	31/12/2019	Constituição de crédito tributário	Compensação imposto diferido passivo	31/12/2020
Imposto de renda	1.165	3.285	(3.346)	1.104
Contribuição social	419	1.184	(1.206)	397
Total	1.584	4.469	(4.552)	1.501
	Saldo inicial	Movime	entação	Saldo final
	31/12/2018	Constituição de crédito tributário	Compensação imposto diferido passivo	31/12/2019
Imposto de renda	1.165	5.041	(5.041)	1.165
Contribuição social	419	1.815	(1.815)	419
Total	1.584	6.856	(6.856)	1.584

<u>Passivo</u> - Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos referem-se a:

- (i) Impostos e contribuições calculados sobre a reavaliação dos imóveis realizada em 2007 e do custo atribuído dos imóveis realizado em 2009.
- (ii) Impostos e contribuições calculados sobre a diferença entre o valor contábil e o valor justo dos ativos alocados em combinação de negócios na aquisição, que dá origem a uma obrigação fiscal diferida a ser realizada na alienação do negócio ou na realização dos ativos alocados.

(iii) Impostos e contribuições calculados sobre a parcela dos ágios amortizados para fins fiscais.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo do Imposto de Renda e Contribuição Social diferido passivo está apresentado líquido dos créditos tributários diferidos ativos.

A movimentação dos saldos passivos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi como segue:

			Consolidado		
	Saldo inicial		Saldo final		
	31/12/2019	Combinação de negócio	Movimentação Efeito de (amortização)/ constituição de imposto diferido sobre a mais valia	Compensação com imposto diferido ativo	31/12/2020
Imposto de renda	51.519	29.516	6.140	(3.346)	83.829
Contribuição social	18.546	8.446	2.211	(1.206)	27.997
Total	70.065	37.962	8.351	(4.552)	111.826
			Consolidado		
	Saldo		Marrian ato a		Saldo
	inicial 31/12/2018	Combinação de negócio	Movimentação Efeito de (amortização)/ constituição de imposto diferido sobre a mais valia	Compensação com Imposto diferido ativo	final 31/12/2019
Imposto de renda	32.752	16.361	7.447	(5.041)	51.519
Contribuição social	11.791	5.890	2.680	(1.815)	18.546
Total	44.543	22.251	10.127	(6.856)	70.065

10.2. Conciliação da taxa efetiva

A reconciliação entre a despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social pelas alíquotas nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	Contro	ladora	Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	
Prejuízo antes de IR e CS	(41.025)	(9.593)	(36.345)	(6.322)	
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%	
IR e CS pela alíquota fiscal combinada	13.949	3.262	12.357	2.149	
Ajustes ao resultado:					
Equivalência patrimonial	12.791	19.269	(1.219)	(837)	
Incentivo fiscal - PROUNI (a)	-	-	77.418	49.842	
Créditos tributários não constituídos	(55.112)	(23.031)	(66.044)	(34.584)	
Gastos com emissão de ações	29.695	-	29.695	-	
Outras adições e exclusões	(1.406)	500	(56.513)	(19.841)	
Imposto de renda e contribuição social calculado	(83)		(4.306)	(3.271)	
IR e CS corrente no resultado do exercício	-	-	(166)	-	
IR e CS diferido no resultado do exercício	(83)	-	(4.140)	(3.271)	
Ativo	83	-	4.211	6.856	
Passivo	-	-	(8.351)	(10.127)	

(a) Em cumprimento ao disposto na Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e no Decreto nº 5.493, de 18 de julho de 2005, as controladas da Companhia oferecem bolsas integrais e parciais de acordo com os critérios de seleção estabelecidos pela legislação do PROUNI, beneficiando-se das isenções fiscais do Imposto de Renda, Contribuição Social, COFINS e PIS, conforme artigo 8º da lei citada acima. Essa isenção refere-se somente ao lucro e receita decorrentes da realização de atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação, e é renovada semestralmente por meio da assinatura digital de termo de adesão junto ao MEC.

11. DIREITOS A RECEBER POR AQUISIÇÕES

	Contro	ladora	Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	
Adiantamento aquisição Unisul (a)	7.000	-	210.577	-	
Empréstimos Unisul (a)	-	-	-	80.126	
Opção de compra Unisul (a)	-	-	20.000	20.000	
Reembolsáveis por alienantes (b)	-	-	87.850	21.826	
Empréstimos a terceiros (c)	-	-	18.014	15.601	
Adiantamento aquisição ativos da Laureate (d)	180.000	-	180.000	-	
Outros direitos UniFG (e)	-	20.050	-	20.050	
Total	187.000	20.050	516.441	157.603	
Ativo circulante Ativo não circulante	187.000 -	20.050	413.199 103.242	21.302 136.301	

- (a) Referem-se à opção de compra e aos empréstimos, que foram convertidos em adiantamento para aquisição, conforme Instrumento Particular de Opção de Aquisição da Mantença de Instituição de Ensino Superior e Outras Avenças, assinado entre a controlada indireta "Sociesc" e a Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina Unisul, por meio do qual foi concedido à Companhia o direito de adquirir a titularidade da mantença sobre a Universidade do Sul de Santa Catarina Unisul, sediada na cidade de Tubarão, em Santa Catarina, após superadas algumas condições suspensivas previstas no Contrato. A Companhia e sua controlada "Sociesc" exerceram seu direito de compra em 20 de janeiro de 2021, conforme informado na nota explicativa 35;
- (b) Referem-se a valores a serem reembolsados pelos antigos controladores das entidades USJT, HSM Brasil, IEDUC, Faceb, Catalana, Poli, Ages/Vidam, Unicuritiba e UniFG, provenientes de processos judiciais, parcelamentos fiscais e contingências pagos ou provisionados pelas controladas da Companhia que, por força de contrato, são de responsabilidade dos antigos controladores;
- (c) Refere-se a empréstimo realizado pela controlada IEDUC à sua antiga controladora, o qual possui taxa de juros de 0,75% a.m.;
- (d) Refere-se ao valor pago a Ser Educacional a título de indenização do Go Shop na transação de aquisição dos ativos da Laureate. O valor irá compor a contraprestação em conexão com a combinação de negócios para aquisição da Laureate, a qual se encontra em condição suspensiva até a aprovação da operação pelo CADE Conselho Administrativo de Defesa Econômica conforme mencionado na nota explicativa 34.
- (e) Refere-se a opção de compra e pagamento como garantia, conforme Instrumento Preliminar de Opção de Compra celebrado em 12 de novembro de 2019, a ser compensado com o preço de aquisição de participação na data de fechamento da aquisição da UniFG, a qual foi concretizada em 01 de julho de 2020.

12. INVESTIMENTOS

Política contábil

Os investimentos nas sociedades controladas e controlada em conjunto estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As principais demonstrações financeiras das controladas, controlada em conjunto e minoritários estão demonstradas a seguir:

31/12/2020

Controladas Controladas diretas em conjunto

	IEDUC	Brasil	VC Network	Unimonte	PGP Gestão	HSM Brasil	PGP Educação	SOBEPE	Dysgu Educacional	Insegnare Educacional	A2S	LCB
Balanço patrimonial												
Ativo circulante	129.409	224.892	14.437	19.030	33.415	13.719	329.660	409	865	13.440	1.408	3.648
Ativo não circulante	133.576	955.994	165.367	49.890	118.549	70.599	314.580	194.371	24.579	212.730	6.227	14.574
Passivo circulante	44.729	191.678	14.338	9.288	17.029	15.657	45.435	4.842	1.825	26.743	948	10.997
Passivo não circulante	54.074	462.379	46.783	15.766	66.668	28.618	231.916	8.474	11.069	123.008	75	6.459
(-) Controlada em conjunto (-) Participação dos acionistas não	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	383
controladores Patrimônio líquido dos acionistas	-	2.421	-	-	-	-	-	-	-	(4.006)	-	-
controladores	164.182	524.408	118.683	43.866	68.267	40.043	366.889	181.464	12.550	80.425	6.612	383
Resultado												
Receita líquida Custo de	247.459	596.066	62.704	63.205	64.919	27.018	246.898	85.641	6	28.073	-	5.706
serviços prestados	(99.363)	(296.516)	(45.680)	(27.591)	(34.837)	(14.342)	(121.289)	(32.277)	-	(13.253)	(5)	(5.882)
Despesas operacionais	(63.356)	(235.882)	(15.231)	(19.193)	(20.727)	(67.169)	(96.891)	(31.788)	(47)	(11.228)	(1.621)	(5.259)
Resultado financeiro	(4.060)	(58.163)	(4.049)	(4.352)	(11.610)	(1.377)	(26.923)	(5.490)	(349)	(11.466)	22	(1.735)
IR/CS diferido/corrente	-	(6.432)	492	(184)	59	(806)	(477)	3.212	-	(81)	(6)	-
Participação em conjunto (-) Participação dos acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.585)
não controladores		(1.947)	<u> </u>							1.490		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	80.680	(2.874)	(1.764)	11.885	(2.196)	(56.676)	1.318	19.298	(390)	(6.465)	(1.610)	(3.585)

Seguem abaixo as controladas que possuem participação de acionistas não controladores (participação dos minoritários):

	31/12/2	020
	Participação dos	minoritários
	Faseh/	
	Inovattus	UniFG
Balanço patrimonial		
Ativo circulante	16.673	13.439
Ativo não circulante	8.507	116.906
Passivo circulante	12.022	26.699
Passivo não circulante	3.955	94.746
(-) Participação dos acionistas não controladores	1.947	(1.490)
Patrimônio líquido dos acionistas controladores	7.256	10.390
Resultado		
Receita líquida	37.555	28.073
Custo de serviços prestados	(18.440)	(13.253)
Despesas operacionais	(10.570)	(11.072)
Resultado financeiro	(1.081)	(6.977)
IR/CS diferido/corrente	(62)	(81)
(-) Participação dos acionistas não controladores	(1.947)	1.490
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	5.455	(1.820)

Controladora

	Saldo em 31/12/2019	Aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Reserva de capital	Distribuição de dividendos	Amortização	Transferência	Provisão por Impairment	Combinação de negócios / Recebimento de quotas	Saldo em 31/12/2020
<u>Ativo</u>										
IEDUC	103.443	-	80.680	229	(20.170)	-	-	-	-	164.182
Brasil	444.432	81.508	(2.874)	1.342	-	-	-	-	-	524.408
VC Network	85	120.362	(1.764)	-	-	-	-	-	-	118.683
Unimonte	56.016	1.300	11.885	73	(25.408)	-	-	-	-	43.866
PGP Gestão	56.676	13.730	(2.196)	57	-	-	-	-	-	68.267
HSM Brasil	60.562	15.180	(56.676)	233	-	-	20.744	-	-	40.043
PGP Educação	187.222	177.824	1.318	525	-	-	-	-	-	366.889
SOBEPE	106.882	59.803	19.298	305	(4.824)	-	-	-	-	181.464
Dysgu Educacional Insegnare	-	12.940	(390)	-	-	-	-	-	-	12.550
Educacional	-	86.890	(6.465)	-	-	-	-	-	-	80.425
A2S	-	8.297	(1.610)	-	-	-	-	-	(75)	6.612
LCB	(2.279)	6.234	(3.585)	13	-	-	-	-	-	383
Ágio e alocações	99.117			-	-	(813)	(20.744)	(692)	19.448	96.316
Total	1.112.156	584.068	37.621	2.777	(50.402)	(813)	-	(692)	19.373	1.704.088

Controladora e Consolidado

	Saldo em 31/12/2018	Aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Reserva de capital	Distribuição de dividendos	Combinação de negócios	Saldo em 31/12/2019
Ativo					_		<u> </u>
IEDUC	101.386	-	73.409	-	(71.352)	-	103.443
Brasil	464.925	-	(20.489)	(4)	-	-	444.432
VC Network	85	-	-	-	-	-	85
Unimonte	46.597	-	12.353	-	(2.934)	-	56.016
PGP Gestão	41.510	21.320	(6.154)	-	-	-	56.676
HSM Brasil	64.168	4.560	(8.166)	-	-	-	60.562
PGP Educação	70.768	109.566	6.888	-	-	-	187.222
SOBEPE	(4)	105.592	1.294	-	-	-	106.882
Valor justo alocado	29.919	-	-	-	-	-	29.919
Ágio	35.026		-	<u>-</u>	-	34.172	69.198
Sub-total	854.380	241.038	59.135	(4)	(74.286)	34.172	1.114.435
(Passivo)					_		
LCB	184		(2.463)				(2.279)
Sub-total	184		(2.463)			<u> </u>	(2.279)
Total	854.564	241.038	56.672	(4)	(74.286)	34.172	1.112.156

Consolidado

	Saldo em 31/12/2019	Aumento de capital / Aporte inicial	Resultado de equivalência patrimonial	Reserva de capital	Saldo em 31/12/2020
Singularity	-	10.392	-	-	10.392
LCB	(2.279)	6.234	(3.585)	13	383
Educa Itapevi		49			49
Total	(2.279)	16.675	(3.585)	13	10.824

13. IMOBILIZADO

Política contábil

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável, calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimada dos bens, mencionadas nos quadros a seguir.

	Controladora							
Taxas		31/12/2020		31/12/2019				
anuais de depreciação	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido				
20%	7.157	(4.884)	2.273	1.812				
10%	5.399	(2.085)	3.314	3.664				
10%	1.922	(890)	1.032	1.139				
10%	971	(424)	547	628				
10% e 20%	568	(502)	66	90				
-	161		161	207				
	16.178	(8.785)	7.393	7.540				
	anuais de depreciação 20% 10% 10% 10%	anuais de depreciação Custo de aquisição 20% 7.157 10% 5.399 10% 1.922 10% 971 10% e 20% 568 - 161	Taxas anuais de depreciação Custo de aquisição Depreciação acumulada 20% 7.157 (4.884) 10% 5.399 (2.085) 10% 1.922 (890) 10% 971 (424) 10% e 20% 568 (502) - 161 -	Taxas anuais de depreciação Custo de aquisição Depreciação acumulada Imobilizado líquido 20% 7.157 (4.884) 2.273 10% 5.399 (2.085) 3.314 10% 1.922 (890) 1.032 10% 971 (424) 547 10% e 20% 568 (502) 66 - 161 - 161				

		Consolidado						
	Taxas		31/12/2020		31/12/2019			
	anuais de depreciação	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido			
	2,86% a							
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	224.879	(80.041)	144.838	143.103			
Edificações	1,43% a 4%	46.224	(7.971)	38.253	40.467			
Terrenos	-	28.395	-	28.395	28.396			
Máquinas e equipamentos	10%	91.345	(63.467)	27.878	31.246			
Biblioteca e videoteca	10%	57.232	(38.751)	18.481	23.165			
Móveis e utensílios	10%	83.058	(51.332)	31.726	32.405			
Computadores e periféricos	20%	83.982	(66.353)	17.629	17.760			
Equipamentos de laboratorio	10%	58.186	(11.718)	46.468	35.497			
Outros	10% e 20%	31.247	(24.051)	7.196	8.458			
Imobilizado em andamento	-	10.034	-	10.034	6.590			
Total	;	714.582	(343.684)	370.898	367.087			

A movimentação do ativo imobilizado da controladora e consolidado está demonstrada a seguir:

	Controladora							
	Saldo liquido em 31/12/2019	Adições	Baixa	Depreciações	Reclassificação	Saldo liquido em 31/12/2020		
Computadores e periféricos	1.812	1.312	(57)	(794)	-	2.273		
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.664	-	-	(532)	182	3.314		
Móveis e utensílios	1.139	73	-	(180)	-	1.032		
Máquinas e equipamentos	628	13	-	(94)	-	547		
Outros	90	4	-	(28)	-	66		
Imobilizado em andamento	207	136	-	-	(182)	161		
Total	7.540	1.538	(57)	(1.628)	-	7.393		

Controladora							
Saldo liquido em 31/12/2018	liquido em Reclass						
2.000	737	(783)	(142)	-	1.812		
3.742	-	(498)	-	420	3.664		
2.103	-	(78)	(2.025)	-	-		
1.134	177	(172)	-	-	1.139		
602	115	(89)	-	-	628		
100	25	(35)	-	-	90		
190	437	-	-	(420)	207		
		· ·					
9.871	1.491	(1.655)	(2.167)	-	7.540		
	2.000 3.742 2.103 1.134 602 100 190	1 1 2 2 2 2 2 2 2 2	liquido em 31/12/2018 Adições Depreciações 2.000 737 (783) 3.742 - (498) 2.103 - (78) 1.134 177 (172) 602 115 (89) 100 25 (35) 190 437 -	liquido em 31/12/2018 Adições Depreciações Baixa 2.000 737 (783) (142) 3.742 - (498) - 2.103 - (78) (2.025) 1.134 177 (172) - 602 115 (89) - 100 25 (35) - 190 437 - -	liquido em 31/12/2018 Adições Depreciações Baixa Reclassificação 2.000 737 (783) (142) - 3.742 - (498) - 420 2.103 - (78) (2.025) - 1.134 177 (172) - - 602 115 (89) - - 100 25 (35) - - 190 437 - - (420)		

	Consolidado							
	Saldo liquido em 31/12/2019	Adições	Combinação de negócio (iii)	Ajuste Combinação de negócio (iv)	Baixas	Depre- ciações	Transfe- rência	Saldo liquido em 31/12/2020
Benfeitorias em imóveis de terceiros (i)	143.103	33	956	(5.705)	(4.854)	(20.592)	31.897	144.838
Edificações	40.467	-	-	-	-	(2.214)	-	38.253
Terrenos	28.396	-	20	-	(21)	-	-	28.395
Máquinas e equipamentos	31.246	3.372	6.229	(3.725)	(2.470)	(5.711)	(1.063)	27.878
Biblioteca e videoteca	23.165	151	1.968	(3.005)	(119)	(3.681)	2	18.481
Móveis e utensílios	32.405	5.115	4.734	(4.137)	(939)	(5.456)	4	31.726
Computadores e periféricos	17.760	6.323	300	(835)	(452)	(6.495)	1.028	17.629
Equipamentos de laboratórios	35.497	18.047		(1.991)	(155)	(4.930)		46.468
Outros	8.458	2.162	83	(1.842)	(291)	(1.564)	190	7.196
Imobilizado em andamento (ii)	6.590	36.288	-		(747)	-	(32.097)	10.034
Total	367.087	71.491	14.290	(21.240)	(10.048)	(50.643)	(39)	370.898

	Consolidado							
	Saldo liquido em 31/12/2018	Adições	Combinaçã o de negócio (iii)	Baixas	Depre- ciações	Reclassi- ficação	Saldo liquido em 31/12/2019	
Benfeitorias em imóveis de terceiros (i)	101.593	1.093	5.223	(1)	(16.505)	51.700	143.103	
Edificações	43.640	-	-	(2.025)	(1.129)	(19)	40.467	
Terrenos	28.396	-	-	-	-	-	28.396	
Máquinas e equipamentos	28.181	4.037	4.436	(158)	(5.077)	(173)	31.246	
Biblioteca e videoteca	19.959	1.739	4.951	-	(3.474)	(10)	23.165	
Móveis e utensílios	23.239	6.493	6.817	(15)	(4.210)	81	32.405	
Computadores e periféricos	15.290	7.765	1.131	(142)	(6.392)	108	17.760	
Equipamentos de laboratórios	19.398	17.458	1.957	(18)	(3.260)	(38)	35.497	
Outros	5.764	1.976	3.243	(4)	(2.556)	35	8.458	
Imobilizado em andamento (ii)	16.363	42.105	-	(194)	-	(51.684)	6.590	
Total	301.823	82.666	27.758	(2.557)	(42.603)	-	367.087	

- (i) Os gastos em benfeitorias em imóveis de terceiros referem-se a melhorias nos Campi das controladas da Companhia, realizadas com o intuito de ampliar as estruturas e prover maior conforto aos alunos.
- (ii) O imobilizado em andamento refere-se, principalmente, aos desembolsos efetuados pelas controladas da Companhia na construção e ampliação de suas unidades de ensino que, após a conclusão das obras, são transferidos para a conta de benfeitorias em imóveis de terceiros e começam a sofrer depreciação.

28

- (iii) As adições identificadas nesta coluna referem-se às adições decorrentes da combinação de negócios proveniente da aquisição das empresas Unicuritiba, Faseh, UniFG, Medroom e aquisições das empresas Faced, Ages e Vidam, no ano de 2019.
- (iv) Os ajustes na combinação de negócio referem-se a saldos da Ages e Vidam refletidas no balanço de abertura em 2020 (mencionado na NE 5.1).

13.1. Ativos cedidos em garantia

A Companhia e suas controladas possuem parte de seus ativos imobilizados dados em garantia em processos judiciais e alguns empréstimos. Foram oneradas as edificações do Grupo com valor contábil de aproximadamente R\$66.648 em 31 de dezembro de 2020 (R\$68.863, em 31 de dezembro de 2019) em tais processos.

14. DIREITO DE USO DE ARRENDAMENTOS E ARRENDAMENTOS A PAGAR

Política contábil

A norma IFRS 16 / CPC 06 (R2) foi aplicada pela Companhia e suas controladas a partir de 1º de janeiro de 2019. A abordagem escolhida foi de transição retrospectiva modificada. Essa abordagem não impacta em lucros acumulados, cálculo de dividendos e patrimônio líquido na data da adoção inicial, uma vez que o montante do ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar trazidos a valor presente e possibilita a utilização de expedientes práticos.

Julgamento e estimativas contábeis

Os direitos de utilização por meio de contratos de arrendamento envolvem o uso de premissas com elevado nível de julgamento tais como o prazo de arrendamento e a taxa incremental de juros de financiamento.

A Companhia e suas controladas adotaram taxas de desconto compostas por: (i) taxa livre de riscos em termos nominais de longo prazo; (ii) *spread* variando de acordo com a região onde o ativo está localizado e (iii) *spread* variando de acordo com o prazo de utilização do ativo. Abaixo demonstramos, de forma desagregada por região de nossas operações, a taxa incremental, em termos nominais, para os prazos dos contratos:

		% por prazos	
Estados	0 a 8 anos	9 a 16 anos	17 a 25 anos
São Paulo	12,50%	10,50% a 12,75%	13,00%
Goiás	12,44%	12,69%	12,94%
Minas Gerais	10,37% a 12,37%	12,62%	12,87%
Santa Catarina	12,31%	12,56%	12,81%
Paraná	11,00% a 12,25%	12,50%	12,75%
Bahia	10,50% a 12,50%	11,00% a 12,75%	13,00%

Movimentações dos saldos

A seguir estão apresentadas as movimentações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

	Controladora				Consolidado	
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Saldo em 31/12/2019	2.445	2.589	-	531.538	555.233	-
Adição e remensuração	111	111	-	164.972	164.972	-
Baixa	-	-	-	(26.280)	(27.179)	899
Pagamento	-	(561)	-	-	(96.262)	-
Concessão pagamentos	-	(29)	29	-	(6.366)	6.366
Amortização	(384)	-	(384)	(61.522)	-	(61.522)
Despesa financeira		311	(311)		76.181	(76.181)
Saldo em 31/12/2020	2.172	2.421	(666)	608.708	666.579	(130.438)

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

		Controladora			Consolidado	onsolidado	
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado	
Mensuração inicial Adição e	2.857	2.857	-	477.972	477.972	-	
remensuração	88	88	-	137.628	137.628	-	
Baixa	-	-	-	(27.288)	(26.365)	(923)	
Pagamento	-	(674)	-	-	(100.513)	_	
Amortização	(500)	-	(500)	(56.774)	-	(56.774)	
Despesa financeira		318_	(318)		66.511	(66.511)	
Saldo em 31/12/2019	2.445	2.589	(818)	531.538	555.233	(124.208)	

Em 18 de dezembro de 2019, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM divulgou o Ofício Circular 2/19, orientando aspectos relevantes a serem observados na elaboração das demonstrações financeiras. Conforme exigência do CPC 06 (R2) apresentamos, no quadro abaixo, a análise de maturidade dos contratos:

	<u>Controladora</u>	Consolidado
	31/12/2020	31/12/2020
2022	359	48.256
2023	404	52.161
2024	454	52.184
Após 2024	885_	473.547
Total	2.102	626.148

No sentido de assegurar a qualidade das informações prestadas nos seus relatórios financeiros, bem como a plena observância dos princípios gerais a serem aplicados quando do uso de técnicas de Fluxo de Caixa Descontado - FCD para fins de mensuração contábil, o grupo apresenta abaixo quadro comparativo com os saldos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação do exercício, projetando a inflação de 1,63% a 4,38% ao ano para 2020, 3,00% ao ano para

2021, 3,50% ao ano para 2022 e 3,25% para anos posteriores a 2023, conforme boletim Focus. Apresentamos na coluna "Com inflação" comparado com os montantes registrados, na coluna "Sem inflação".

	2020				
		Consolidado			
	Sem	Com	% Variação		
	inflação	inflação			
Direito de uso líquido	608.708	641.001	5,31%		
Passivo de arrendamento	666.580	700.133	5,03%		
Despesa de amortização	(61.970)	(65.096)	5,04%		
Despesa financeira	(74.803)	(78.398)	4,81%		

Pode-se verificar que a mensuração feita pelo valor presente das parcelas esperadas acrescida da inflação futura projetada não produz efeitos líquidos significativos em relação ao patrimônio do Grupo.

Em decorrência da pandemia provocada pelo Covid-19, alguns benefícios têm sido concedidos em contratos de arrendamento ("concessões") aos arrendatários. Em 28 de maio de 2020, o IASB alterou o IFRS 16 permitindo aos arrendatários contabilizarem os efeitos das concessões recebidas como pagamentos variáveis de arrendamentos, não sendo requerido analisar a necessidade de aplicação do tratamento contábil de modificação contratual previsto na norma e, portanto, lançando o efeito diretamente no resultado do exercício. Este expediente prático também foi aprovado pela CVM em 7 de julho de 2020 por meio da Deliberação CVM no. 859. Diante disso, a Companhia e suas controladas adotaram este expediente prático. Em 31 de dezembro de 2020, o valor total de descontos concedidos para a Companhia é de R\$ 6.366, classificado no resultado como receita financeira, conforme nota explicativa nº 28.

15. INTANGÍVEL

Política contábil

São demonstrados ao custo de aquisição ou desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que têm vida útil definida possuem amortização calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas com base na vida útil estimada dos ativos. Os ativos intangíveis que não possuem vida útil definida são representados por licenças e ágio por rentabilidade futura, os quais não sofrem amortizações e são testados no mínimo anualmente por redução ao valor recuperável.

Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios nas demonstrações financeiras consolidadas são reconhecidos separadamente do ágio, e são registrados pelo valor justo na data da aquisição.

A partir de 1 de janeiro de 2020, conforme mencionado na nota explicativa nº 3, passamos a amortizar as marcas.

Julgamento e estimativas contábeis

Anualmente, a Companhia avalia se existem evidências de eventuais perdas (*impairment*) no ágio e demais ativos de longo prazo. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

Os valores recuperáveis das UGCs foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas.

		Controladora					
	Taxas			3:	1/12/2020		31/12/2019
	anu	ais de ¯	Custo de	Ar	mortização	Intangível	Intangível
	amor	tização	aquisição	а	cumulada	líquido	líquido
Softwares	2	0%	96.839)	(38.761)	58.078	41.425
Total			96.839)	(38.761)	58.078	41.425
		=					
					Consolidado		
	Taxas		;	31/12	2/2020		31/12/2019
	anuais de	Custo d	е		Amortização	Intangível	Intangível
	amortização	aquisiçã	o <i>Impairi</i>	ment	acumulada	líquido	líquido
Ágio		839.71	3 (23.	653)	-	816.060	472.167
Marcas e patentes	3,33%	178.03	7 (37.	903)	(4.924)	135.210	159.227
Licença		195.87	9	-	-	195.879	116.389
Carteira de clientes	22% a 70%	65.58	0	-	(47.333)	18.247	11.719
Acordo de não competição	12%	2.09	8	-	(1.115)	983	1.231
Mailing list	38%	21	5	-	(215)	-	-
Total		1.281.52	2 (61.	556)	(53.587)	1.166.379	760.733
Softwares	20%	139.47	0	-	(71.397)	68.073	46.312
Desenv. conteúdo EAD	33%	33.46	8	-	(22.205)	11.263	9.028
Credenciamento MEC	33%	5.47	3	-	(3.022)	2.451	1.746
Cessão de Uso	20%	1.40	3	-	(561)	842	1.122
Total		179.81	4	-	(97.185)	82.629	58.208
Total do intangível		1.461.33	6 (61.	556)	(150.772)	1.249.008	818.941

A movimentação da controladora é:

	Controladora									
	Saldo líquido em			Aporte em controlada		Saldo líquido em				
	31/12/2019	Adições	Baixas	(i)	Amortização	31/12/2020				
Softwares	41.425	36.596	(1)	(4.797)	(15.145)	58.078				
Total	41.425	36.596	(1)	(4.797)	(15.145)	58.078				
	41.425	36.596	(1)	(i) (4.797)	(15.145)	58.0				

Co	nt	ro	lad	lo	ra
		ı	ıau	u	ıa

	Saldo líquido em				Saldo líquido em
	31/12/2018	Adições	Baixa	Amortização	31/12/2019
Softwares	27.888	24.104	(41)	(10.526)	41.425
Total	27.888	24.104	(41)	(10.526)	41.425

A movimentação consolidada é:

Consol		

	Saldo líquido em			Amorti-	Transfe-	Provisão por	Combinação de negócio	Saldo líquido em
	31/12/2019	Adições	Baixa	zação	rência	impairment	(ii)	31/12/2020
Ágio	472.167	-	-	-	-	(23.653)	367.546	(iii) 816.060
Marcas e patentes	159.227	-	-	(4.924)	-	(37.903)	52.412	168.812
Licença	116.389	-	-	-	-	-	45.888	162.277
Carteira de clientes	11.719		-	(6.977)	-	-	13.505	18.247
Acordo de não competição	1.231	-	-	(248)	-	-	-	983
Softwares	46.312	38.827	(25)	(17.918)	19	-	858	68.073
Desenv. conteúdo EAD	9.028	8.301	(5)	(6.081)	20	-	-	11.263
Credenciamento MEC	1.746	1.944	(7)	(1.232)	-	-	-	2.451
Cessão de uso	1.122	-	-	(280)	-	-	-	842
Total	818.941	49.072	(37)	(37.660)	39	(61.556)	480.209	1.249.008

	Saldo líquido em 31/12/2018	Adições	Baixa	Amorti- zação	Combinação de negócio (ii)	Saldo líquido em 31/12/2019
Ágio Marcas e patentes Licença Carteira de clientes	344.613 143.116 76.992 5.340	- - -	- - -	- - - (3.557)	127.554 16.111 39.397 9.936	472.167 159.227 116.389 11.719
Acordo não competição Softwares Desenv. conteúdo EAD	1.481 33.192 9.174	- 26.277 5.722	- (152) (119)	(250) (13.075) (5.749)	- 70 -	1.231 46.312 9.028
Credenciamento MEC Cessão de uso Total	2.152 1.072 617.132	825 290 33.114	(387)	(844) (240) (23.715)	193.068	1.746 1.122 818.941

- (i) A Companhia aportou capital em sua controlada A2S, em 01 de novembro de 2020, mediante a transferência de softwares, que somam o valor descrito nesta coluna.
- (ii) As adições identificadas nesta coluna são decorrentes da combinação de negócios proveniente da aquisição da Unicuritiba, Faseh, UniFG e Medroom em 2020 e da Faced, Ages e Vidam, em 2019.
- (iii) Valor do ágio em combinação de negócio referentes a Unicuritiba no valor de R\$ 107.552, Faseh no valor de R\$ 118.331, UniFg no valor de R\$ 85.686, ajuste da alocação final do ágio da Ages/Vidam no valor de R\$ 31.712 referente ajuste de inventário do imobilizado e bolsa do Predu e, ainda, Medroom no valor de R\$ 24.265, gerando um valor total líquido adicionado em R\$ 367.546 em 31 de dezembro de 2020.

15.1 Intangíveis identificados por Unidades Geradoras de Caixa:

Parte dos ágios pagos na aquisição de controladas foi alocada a ativos intangíveis identificáveis de vida útil definida e indefinida, após análise dos ativos adquiridos e cálculo de projeção de resultado, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado							
	31/12/2020							
	Intangíveis amortizáveis			Intangíveis não amortizáveis				
	Carteira de clientes	Acordo de não competição	Marcas e patentes	Licença	Ágio	Total Geral		
IEDUC	-	-	23.568	-	29.825	53.393		
USJT	-	_	33.736	54.600	174.445	262.781		
SOCIESC	-	_	20.456	3.787	45.104	69.347		
FACEB	-	983	-	7.255	28.721	36.959		
Politécnico Cesuc e	-	-	-	1.779	16.867	18.646		
Catalana	926	_	_	6.430	21.291	28.647		
Jangada	7	_	_	3.191	3.899	7.097		
Ages e Vidam	7.010	-	16.390	37.611	157.395	218.406		
FACED	188	-	-	1.736	2.679	4.603		
Unicuritiba	-	_	17.417	23.858	107.552	148.827		
Faseh	5.692	_	-	33.602	118.331	157.625		
UniFG	3.984	-	-	22.030	85.686	111.700		
Outras			2.712			2.712		
	17.807	983	114.279	195.879	791.795	1.120.743		
HSM	-	-	20.931	-	-	20.931		
ACAD	440	-	-	-	-	440		
Medroom					24.265	24.265		
	440	-	20.931	-	24.265	45.636		
Total	18.247	983	135.210	195.879	816.060	1.166.379		

15.2 <u>Teste ao valor recuperável de ativos (impairment)</u>

Os ativos não amortizáveis relativos ao ágio e às licenças foram alocados às Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs"), para fins de teste anual de redução ao valor recuperável. Adicionalmente, identificamos o segmento operacional ao qual cada uma dessas UGCs pertencem, conforme detalhado a seguir:

15.2.1 UGC's do segmento de ensino

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os intangíveis informados acima e os demais ativos que juntos compõe o *carriyng amount* das UGC's foram submetidos ao teste do valor recuperável ("*impairmet*").

Para estimar o valor recuperável das UGC's utilizamos com base o cálculo do valor em uso, utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro para o exercício de 2021 aprovado pela Administração, que está amparado pelo histórico financeiro da Companhia; além da taxa de desconto, que foi embasada em premissas de mercado. O cálculo considera uma projeção de fluxo específico em termos nominais com inflação média projetada em 3,27%, além das demais premissas informadas no quadro abaixo.

Adicionalmente, destacamos que utilizamos em nossas projeções, um período superior a cinco anos, por entender que as atividades dessas UGC's requerem um prazo superior para maturação dos investimentos, quando se espera que seja possível atingir o seu potencial em termos de receita e de rentabilidade, sendo a taxa de crescimento nominal da receita líquida após o quinto ano, proxima a estimativa de crescimento adotado pela perpetuidade, em linha com a inflação projetada de longo prazo.

As principais premissas utilizadas na apuração do valor em uso das UGC's foram:

Premissas	UGC's ensino
Taxa de desconto ao ano	13,8%
Período de projeção	10 anos
Crescimento ao ano na perpetuidade	3,25%
Crescimento médio da receita ao ano	2,49%
Crescimento médio dos gastos ao ano	1,53%
Carrying amount (valor testado)	1.259.421

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia efetuou análise de sensibilidade considerando um acréscimo ou uma redução de 1,00% nas taxas de desconto e na margem operacional no modelo de longo prazo e não foi identificada em nenhuma das UGC's de ensino a necessidade de ajuste ao valor recuperável.

15.2.2 UGCs do segmento de outros negócios

Com relação à UGC que detém a marca HSM, cuja atividade operacional principal são eventos e cursos corporativos, destacamos que houve impactos significativos decorrentes dos efeitos da pandemia do Coronavírus ("Covid-19"). Como resultado, a Companhia identificou indicadores de *impairment* e realizou o teste em 31 de março de 2020, quando foi registrada uma perda por *impairment* de R\$ 61.556 (sendo R\$23.653 no ágio e R\$37.903 na marca). Tal perda foi registrada na rubrica "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado, no segmento de "Outros negócios", conforme nota explicativa 28.

Com a provisão para perda por *impairment* efetuada em 31 de março de 2020, para a HSM restou apenas o ativo da marca em 31 de dezembro de 2020. Apesar de ser este um ativo amortizável, ainda identificamos a presença de potenciais indicadores de *impairment*, e por essa razão, também realizamos o teste do valor recuperável em 31 de dezembro de 2020.

O valor recuperável do ativo marca foi estimado pela abordagem do valor em uso, utilizando a metodologia dos *royalties* evitados (*Relief from royalties*), a qual tem como premissa que uma empresa seria obrigada a pagar ao detentor do ativo intangível marca, um "aluguel" pelo seu uso. A partir do momento que a empresa adquire o ativo, não necessita mais pagar pelo seu uso, daí a economia gerada.

As principais premissas utilizadas na apuração do valor em uso da marca da HSM foram:

Premissas	Marca HSM
Taxa de desconto ao ano	13,3%
Período de projeção (vida útil estimada)	30 anos
Crescimento nominal médio da receita ao ano	5,80%
Taxa de royalties sobre receita líquida	8,90%
Valor contábil	20.931

Em Relação à UGC Medroom, também pertencente ao segmento de outros negócios, que foi adquirida em 19 de novembro de 2020 e, portanto, muito próximo ao encerramento do exercício de 2020, Por essa razão, o exercício de alocação do preço pago aos ativos e passivos adquiridos a valor justo ainda está em andamento. Dessa forma, a UGC será submetida ao teste ao valor recuperável dos ativos ao término do primeiro período anual após a data de aquisição.

16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Política contábil

Inicialmente, os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos pelo valor justo no momento do recebimento líquidos dos custos de captação e, em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado conforme previsto contratualmente (acrescidos de encargos, juros calculados pela taxa efetiva, variações monetárias e cambiais, além de amortizações incorridas até as datas dos balanços).

	Controladora						
	31/12/2020			31/12/2019			
		Não			Não		
	Circulante	circulante	Total	Circulante	circulante	Total	
Moeda nacional							
Debêntures 1º emissão (a)	46.181	68.954	115.135	40.357	114.912	155.269	
Debêntures 2º emissão (b)	51.119	298.722	349.841	1.785	348.317	350.102	
IFC (c)	26.198	63.226	89.424	27.519	88.507	116.026	
Outros empréstimos	1.962	7.889	9.851	8.307	25.130	33.437	
Moeda estrangeira							
IFC (c)	649	78.760	79.409	-	-	-	
Itaú - Linha 4131	-	-	-	22.522	-	22.522	
Total	126.109	517.551	643.660	100.490	576.866	677.356	

	Consolidado							
		31/12/2020		31/12/2019				
		Não	_		Não			
	Circulante	circulante	Total	Circulante	circulante	Total		
Moeda nacional								
Debêntures 1º emissão (a)	46.181	68.954	115.135	40.357	114.912	155.269		
Debêntures 2º emissão (b)	51.119	298.722	349.841	1.785	348.317	350.102		
IFC (c)	26.198	63.226	89.424	27.519	88.507	116.026		
CEF	1.313	2.396	3.709	-	-	-		
Outros empréstimos	4.147	9.112	13.259	11.252	35.295	46.547		
Moeda estrangeira								
IFC (c)	649	78.760	79.409	-	-	-		
Itaú - Linha 4131				22.522		22.522		
Total	129.607	521.170	650.777	103.435	587.031	690.466		

(a) Em 21 de maio de 2018, o Conselho de Administração aprovou a 1ª emissão de debêntures simples da Companhia ao valor unitário de R\$ 1,00 (um real), totalizando o montante de R\$ 150.000 não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da CVM nº 476. Sobre as debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósitos Interfinanceiros) de um dia, expressas na forma percentual ao ano, acrescidas de um *spread* equivalente a 1,00% a.a.. O vencimento final das debêntures ocorrerá ao término do prazo de 60 meses; o pagamento do principal possui uma carência de 24 meses, após esse período

será amortizado trimestralmente, sendo que o primeiro pagamento ocorreu dia 29 de maio de 2020, já o pagamento dos juros ocorreu anualmente nos dois primeiros anos e, a partir de 29 de maio de 2020, trimestralmente.

Essa debênture possui cláusulas restritivas ("covenants") conforme abaixo:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da dívida financeira líquida pelo EBITDA ajustado	=< 3,0
Índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA ajustado pelo resultado Financeiro	=> 1,3
Índice de liquidez corrente	=> 1,0

As análises supracitadas têm periodicidade anual, porém fazemos o acompanhamento trimestralmente e, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas atenderam a todas as cláusulas restritivas mencionadas acima.

(b) Em 11 de novembro de 2019, o Conselho de Administração aprovou a 2ª emissão de debêntures simples da Companhia ao valor unitário de R\$ 1,00 (um real), totalizando o montante de R\$ 350.000 não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da CVM nº 476. Sobre as debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósitos Interfinanceiros) de um dia, expressas na forma percentual ao ano, acrescidas de um spread equivalente a 1,35% a.a., pagos semestralmente. As debêntures terão prazo de vigência de cinco anos, vencendo em 11 de novembro de 2024. O saldo do valor nominal será amortizado semestralmente, sempre no dia 11 dos meses de maio e novembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 11 de novembro de 2021.

Esta debênture possui cláusulas restritivas ("covenants") conforme abaixo:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido	
Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da dívida financeira líquida pelo EBITDA ajustado	< 4,0	
Índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA ajustado pelo resultado Financeiro	> 1,3	
Índice de liquidez corrente	> 1,2	

As análises supracitadas têm periodicidade trimestral e, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas atenderam a todas as cláusulas restritivas mencionadas acima.

O saldo apresentado das debêntures está líquido de seu custo de captação, que será apropriado no mesmo prazo.

(c) Ambos os contratos de empréstimos e financiamentos com o IFC, moeda nacional e moeda estrangeira, possuem cláusulas restritivas ("covenants") conforme abaixo:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Liquidez corrente (i)	> 1,2
Dívida financeira líquida/EBITDA ajustado (ii)	< 3,5
EBITDA ajustado/Despesa financeira líquida (iii)	> 1,3

- (i) Liquidez corrente = Ativo circulante dividido pelo passivo circulante (sem arrendamentos a pagar).
- (ii) Dívida financeira líquida = Somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos (sem arrendamentos a pagar) menos saldo de caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras.
- (iii) EBITDA Ajustado = Lucro antes dos juros, impostos (sobre o lucro), depreciações, amortizações, receita de multa e juros sobre mensalidades, gastos não recorrentes e exclusão dos efeitos do arrendamento financeiro (IFRS 16). Em alguns contratos são estabelecidos critérios específicos de cálculo do EBITDA, com algumas variações em relação à fórmula mencionada.

As análises supracitadas têm periodicidade trimestral e, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas atenderam a todas as cláusulas restritivas mencionadas acima.

I) As principais condições e garantias estabelecidas em contrato são como segue:

		Consolidado				
		Taxa média	Inde-	Data de	Data de	
	Garantias	de juros (anual)	xador	início	término	
Debêntures	Fiança da Brasil Educação	1% a 1,35%	CDI	29/05/2018	11/11/2024	
Capital de giro moeda nacional	Avalistas	10,69%	-	23/08/2019	23/01/2023	
Capital de giro moeda nacional	Alienação Fiduciária de Imóveis; Cessão Fiduciária de direitos creditórios de depósitos/aplicação financeira.	6,80%	CDI	23/08/2019	24/08/2023	
IFC	Alienação fiduciária das cotas e recebíveis da Brasil Educação (USJT); aval de todas as subsidiárias; compromisso de permanência específica de 5 diretores e 1 acionista com participação mínima de 25% do capital social na data da contratação.	1,49%	CDI	12/05/2016	15/03/2024	
IFC - Moeda estrangeira	Garantidores Subsidiários: Brasil Educação, IEDUC, Unimonte, Una, Vc Network, HSM Brasil, PGP Educação, Sociesc, Faceb, Pgp Posse, Instituto Politécnico, Anima, Sobepe, Vidam, Ages, Catalana, Cesuc, Unicuritiba saldo minímo de caixa de 4% do montante do endividamento nas empresas. Garantia Miníma de recebíveis de 16% do valor pendente do endividamento.	2%	Libor	10/07/2020	15/03/2028	
Outros empréstimos	Fiança bancária e aval cruzado com empresas do grupo / 100% dos bens adquiridos com o financiamento / Cessão fiduciária	7% a 21,84%	-	10/05/2015	15/01/2026	
Outros empréstimos	Imóveis	2,54%	TJLP	29/10/2012	15/11/2020	

II) Os montantes registrados no passivo não circulante para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

<u>-</u>	Contro	ladora	Consolidado				
_	31/12/	/2020	31/12/2020				
<u>-</u>	Valor presente	Valor Nominal	Valor presente	Valor Nominal			
2022	172.737	193.779	175.153	196.420			
2023	164.776	183.092	165.967	184.333			
2024	129.189	143.872	129.201	143.884			
Após 2024	50.849	82.077	50.849	82.077			
Total _	517.551	602.820	521.170	606.714			
	Controladora		Conso	_			
	31/12	/2019		/2019			
	Valor presente	Valor nominal	Valor presente	Valor nominal			
2021	129.074	163.497	130.813	165.898			
2022	179.073	204.615	180.813	206.894			
2023	152.416	166.922	154.156	169.079			
Após 2023	116.303	121.881	121.249	127.354			
Total	576.866	656.915	587.031	669.225			

III) As movimentações dos saldos no período para a controladora e consolidado são como segue:

	Controladora									
	31/12/2019	Captações/Custos de debêntures	Amorti- zações	Juros pagos	Juros incorridos	Custos debêntures	Ajuste MTM	Variação cambial	Transfe- rência	31/12/2020
Moeda nacional										
Debêntures 1º	155.269	-	(34.617)	(11.036)	5.322	197	-	-	-	115.135
Debêntures 2º	350.102	(60)	(14.984)	(59)	14.390	452	-	-	-	349.841
IFC	116.026	-	(105.925)	(6.444)	4.709	-	-	-	81.058	89.424
Outros emprés.	33.437	-	(13.204)	(11.249)	867	-	-	-	-	9.851
Moeda estrangeira										
IFC	-	161.698	(348)	-	894	-	925	(2.702)	(81.058)	79.409
Itaú L. 4131	22.522		(23.764)	(439)	364	-	194	1.123	-	
Total	677.356	161.638	(192.842)	(29.227)	26.546	649	1.119	(1.579)	-	643.660

Consolidado

	31/12/2019	Combina- ção de negócio	Captações/Custos de debêntures	Amorti- zações	Juros pagos	Juros incorridos	Custos debêntures	Ajuste MTM	Variação cambial	Transfe- rência	31/12/2020
Moeda nacional											
Debêntures 1º	155.269	-	-	(34.617)	(11.036)	5.322	197	-	-	-	115.135
Debêntures 2º	350.102	-	(60)	(14.984)	(59)	14.390	452	-	-	-	349.841
IFC	116.026	-	-	(105.925)	(6.444)	4.709	-	-	-	81.058	89.424
CEF	-	4.354	-	(767)	(35)	157	-	-	-	-	3.709
Outros emprés.	46.547	7.339	47	, ,	(11.528)	1.431	-	-	-	-	13.259
Moeda estrangeira											
IFC	-	-	161.698	(348)	-	894	-	925	(2.702)	(81.058)	79.409
Itaú L. 4131	22.522	-	-	(23.764)	(439)	364	-	194	1.123	-	
Total	690.466	11.693	161.685	(210.982)	(29.541)	27.267	649	1.119	(1.579)	-	650.777

	Controladora								
	31/12/2018	Captações/Custos de debêntures	Amorti- zações	Juros pagos	Juros incorridos	Custos debêntures	Ajuste MTM	Variação cambial	31/12/2019
Moeda nacional									
Debêntures 1º	155.563	-	(11.053)	-	10.563	196	-	-	155.269
Debêntures 2º	-	347.805		-	2.224	73	-	-	350.102
IFC	142.253	-	(25.285)	(10.569)	9.627	-	-	-	116.026
Santander	26.956		(3.958)	(3.303)	1.954	-	-	-	21.649
Outros emprés.	13.827	150.000	(152.842)	(2.005)	2.808	-	-	-	11.788
Moeda estrangeira									
Itaú L. 4131	49.802	-	(30.309)	(1.100)	1.248	-	961	1.920	22.522
Total	388.401	497.805	(223.447)	(16.977)	28.424	269	961	1.920	677.356

	Consolidado										
	31/12/2018	Combina- ção de negócio	Captações/ Custos de debêntures	Amorti- zações	Juros pagos	Juros incorridos	Custos debêntures	Ajuste MTM	Variação cambial	Transfe- rência	31/12/2019
Moeda nacional											
Debêntures 1º	155.563	-	-	(11.052)	-	10.562	196	_	-	_	155.269
Debêntures 2º	-	-	347.805	-	-	2.224	73	_	_	_	350.102
IFC	142.252	-	-	(25.285)	(10.569)	9.628	-	-	-		116.026
Santander	26.956		-	(3.958)	(3.301)	1.952	-	_	-	-	21.649
Banco do Brasil	5.465			(5.456)	(53)	222					178
Bradesco	1.746			(1.221)	(566)	41					-
Outros emprés.	15.013	17.868	150.000	(158.665)	(2.791)	3.295	-	-	-	-	24.720
Moeda estrangeira IFC		-			-		-				-
Itaú L. 4131	49.802	-	-	(30.309)	(1.101)	1.249	-	961	1.920	_	22.522
Total	396.797	17.868	497.805	(235.946)	(18.381)	29.173	269	961	1.920	_	690.466

17. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E SALARIAIS

	Contro	ladora	Consolidado			
	31/12/2020 31/12/2019		31/12/2020	31/12/2019		
Salários	3.470	3.144	20.586	20.894		
Provisão de férias	9.396	7.073	45.228	34.815		
INSS	1.830	1.375	10.652	10.873		
FGTS	638	459	8.223	3.628		
Outros (a)	6.006	4.617	12.695	5.359		
Total	21.340	16.668	97.384	75.569		

a) Composto principalmente por provisão para participação nos resultados.

18. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Contro	ladora	Consolidado			
	31/12/2020 31/12/2019		31/12/2020	31/12/2019		
IRRF (a)	2.447	1.728	15.423	12.590		
ISS	405	23	7.003	5.874		
PIS e COFINS	736	203	1.700	1.181		
IRPJ / CSLL (b)	-	-	791	-		
Outros	24	153	399	949		
Total	3.612	2.107	25.316	20.594		

- (a) Refere-se principalmente a Imposto de Renda retido de funcionários.
- (b) Refere-se principalmente a IRPJ e CSLL devidos sobre o lucro das atividades da adquirida UniFG cuja POEB (proporção de ocupação efetiva de bolsas), não foi cumprida em 100% no período apresentado.

A POEB, instituída pela Instrução Normativa 1.394 de 2013, no caput de seu artigo 3º condiciona a isenção do PROUNI, trazida pela Lei 11.096/2005, à proporção de ocupação efetiva das bolsas devidas. Às IES que não cumprirem em 100% esta ocupação efetiva, recairá os tributos devidos no período sobre o percentual não cumprido. À saber, a fórmula de cálculo da POEB conforme disposto no§2º, inc. III 3º, da IN 1.394:

POEB = <u>Valor total das bolsas integrais ou parciais preenchidas (inciso I)</u>
Valor total das bolsas integrais ou parciais devidas (inciso II)

19. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	Conso	Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019		
Adiantamentos de alunos (a)	21.838	10.995		
Predu (b)	13.103	-		
Faturamento antecipado de clientes (c)	7.972	5.594		
Projetos de pesquisa	556	391		
Outros	206	-		
Total	43.675	16.980		
Passivo Circulante	36.690	16.980		
Passivo Não Circulante	6.985	-		

- (a) Referem-se a matrículas e mensalidades recebidas antecipadamente que serão reconhecidas ao resultado de acordo com o regime de competência e ao crédito Pravaler, um financiamento educacional feito entre os alunos e a empresa financeira Pravaler S.A., na modalidade em que o aluno alonga o prazo de pagamento para o dobro do normal, reduzindo o valor da parcela mensal. O contrato do crédito é renovado semestralmente entre o Pravaler S.A. e o aluno, este perde o vínculo financeiro com a instituição e passa a ter apenas o vínculo com o Pravaler. Sempre que é efetuada uma adesão do serviço ou uma renovação do crédito, o Pravaler faz o repasse antecipado de aproximadamente 93% do valor financiado no semestre do aluno para as controladas da Companhia, que registram esses recebimentos por regime de competência de acordo com a prestação de serviço.
- (b) Referem-se a bolsas do programa Predu (Programa Educação para Todos) ofertadas pela Prefeitura de Paripiranga aos alunos da Ages e Vidam, de forma integral ou parcial nos cursos presenciais até a conclusão do curso. As fontes de recursos dessas bolsas são provenientes da conversão dos valores devidos à Prefeitura de Paripiranga de ISS e IPTU.
- (c) Referem-se principalmente a recebimentos antecipados de serviços ligados a organização de feiras, congressos e exposições a serem prestados posteriormente ao recebimento. Para esta modalidade as receitas são reconhecidas no momento em que os serviços são prestados.

20. PARCELAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	Consoli	Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019		
FGTS (a) RFB (b) RFB PERT LEI 13.496 (b) ISSQN (c) PGFN (b) PRT IV (b) Outros parcelamentos (b) Total	2.657 18.073 11.232 7.178 5.217 1.919 3.752 50.027	2.591 - - - - - - - 2.591		
Passivo circulante Passivo não circulante	10.119 39.908	2.591		

- (a) FGTS: Referem-se a parcelamentos de FGTS das controladas Unimonte e IEDUC junto a Caixa Econômica Federal. A partir de julho de 2015 a Unimonte recolheu os valores remanescentes por meio de depósito judicial, uma vez que a controlada está aguardando a Caixa Econômica Federal passar a lista dos colaboradores que ainda possuem valores a depositar de FGTS.
- (b) Federais: Referem-se à parcelamentos da adquirida UniFG relativos em sua maior parte a contribuições sociais devidas sobre a folha de pagamento e algumas contribuições como Pis e Cofins sobre o faturamento. A Instituição tem linhas relevantes parceladas como o parcelamento especial PERT, instituído pela Lei 13.496/17, bem como parcelamentos ordinários e simplificados.
- (c) Municipais: Referem-se à parcelamentos de ISSQN da adquirida UNIFG junto à Prefeitura de Guanambi relativos imposto devido sobre o faturamento dos anos de 2014 à 2020.

	Cronograma de pagamentos				
	31/12/2020	31/12/2019			
2024					
2021	-	279			
2022	10.027	279			
2023	8.297	279			
2024	6.619	279			
Após 2024	14.965	114			
Total	39.908	1.230			

21. TÍTULOS A PAGAR

		Consolidado	
	Índice de Correção	31/12/2020	31/12/2019
Aquisição Faseh e Inovattus	Média INPC, IGPM e IPCA	103.358	-
Aquisição da Sociesc	INPC	33.336	32.962
Aquisição do UniFG	Média INPC, IGPM e IPCA	28.262	-
Aquisição da Faceb	Média INPC, IGPM e IPCA	21.542	21.322
Aquisição da Cesuc e Catalana	Média INPC, IGPM e IPCA	14.803	17.452
Aquisição do MedRom	INPC	11.637	-
Aquisição do Politécnico	TR	8.799	11.860
Aquisição da Ages e Vidam	-	8.475	48.475
Aquisição Mantença da Jangada	Média IGPM e IPCA	2.677	3.442
Aquisição Mantença da Faced	IPCA	1.788	2.541
Aquisição da ACAD	INPC	1.000	2.494
Total		235.677	140.548
Passivo circulante		46.309	65.331
Passivo não circulante		189.368	75.217

	Consolidado			
	31/12/2020	31/12/2019		
2021	_	22.308		
2022	75.520	13.851		
2023	63.287	8.337		
2024	6.794	3.896		
Após 2024	43.767	26.825		
Total	189.368	75.217		

22. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS

Política contábil

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos em tramitação perante órgãos governamentais e tribunais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo matérias tributária, trabalhista e civil.

Alguns processos existentes antes da aquisição de algumas controladas são garantidos por contrato pelos vendedores, que preveem o ressarcimento destes valores caso a Companhia e suas controladas desembolsem algum valor em relação a esses processos.

Julgamento e estimativas contábeis

As provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis são constituídas para todos os processos que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos, da Companhia, a natureza dos processos e experiências passadas. A Administração acredita que essas provisões são suficientes e estão adequadamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

Provisão para riscos						
Contro	ladora	Conso	lidado			
31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019			
303	432	52.891	45.294			
-	-	49.131	49.122			
		12.978	4.354			
303	432	115.000	98.770			
	31/12/2020 303 - -	Controladora 31/12/2020 31/12/2019 303 432	Controladora Conso 31/12/2020 31/12/2019 31/12/2020 303 432 52.891 - - 49.131 - - 12.978			

A movimentação das provisões da controladora foi como segue:

	31/12/2019	Reversão	Pagamentos	Atualização	Compensação de depositos judiciais	31/12/2020
Trabalhista (a)	432	(99)	(34)	5	(1)	303
Total	432	(99)	(34)	5	(1)	303

	31/12/2018	Reversão Pagamentos		Atualização	31/12/2019	
Trabalhista (a)	805	(319)	(70)	16	432	
Total	805	(319)	(70)	16	432	

A movimentação das provisões do consolidado foi como segue:

	31/12/2019	Combinação de Negócio	Adições	Adição INSS (d)	Paga- mentos	Atuali- zação	Compensação depósitos judiciais	Contingências vendedores	31/12/2020
Trabalhistas (a)	45.294	(31)	12.932	3.816	(3.166)	17	(4.925)	(1.047)	52.891
Tributárias (b)	49.122	-	9	-	-	-	-	-	49.131
Cíveis (c)	4.354	210	9.228	-	(1.249)	-	(196)	631	12.978
Total	98.770	179	22.169	3.816	(4.415)	17	(5.121)	(416)	115.000

	31/12/2018	Adições/ Reversão	Adição INSS (d)	Paga- mentos	Atuali- zação	Compen- sação depósitos judiciais	Contin- gencias vende- dores	Reclassi- ficação	31/12/2019
Trabalhistas (a)	41.965	2.122	6.115	(3.325)	57	(540)	(1.118)	9	45.285
Tributárias (b)	49.305	(459)	-	276	-	-	-	-	49.122
Cíveis (c)	6.586	1.489	-	(4.147)	-	(711)	1.155	(9)	4.363
Total	97.856	3.152	6.115	(7.196)	57	(1.251)	37	-	98.770

- (a) As provisões trabalhistas são constituídas tendo por base a análise individual das ações, dos pedidos constantes em cada uma das reclamatórias, bem como uma análise jurisprudencial atualizada das causas, e referem-se, principalmente, a questionamentos, nas esferas administrativa e judicial, de iniciativa de funcionários, ex-funcionários, prestadores de serviços ou de autoridades públicas, referentes a horas extras, equiparação salarial, redução salarial, encargos sociais e interpretação sobre as legislações.
- (b) As provisões para riscos de natureza tributária referem-se, principalmente, aos riscos de lides com o fisco referente a discussões e interpretações da legislação tributária vigente, nas esferas administrativa e judicial. Na aquisição da Sociesc, a Companhia assumiu a discussão de passivos tributários relativos a questionamentos do Fisco sobre a imunidade tributária da Sociesc. Na opinião dos assessores legais que acompanham tal demanda judicial, o risco de perda inerente à mesma é "possível", o que não ensejaria o provisionamento em uma situação normal. No entanto, seguindo os requerimentos dos parágrafos 23 e 56 do CPC 15, que regulam a avaliação de contingências em combinações de negócio, tal demanda foi avaliada a valor justo no montante de R\$ 49.100 e será mantida assim registrada, a menos que a opinião dos assessores legais passe a indicar risco de perda "provável" que seja superior a tal montante ou que a demanda transite em julgado favoravelmente à Sociesc, eventos que ensejarão, respectivamente, complemento ou reversão de tal provisão.
- (c) As provisões cíveis referem-se, principalmente, a processos movidos por ex-alunos, em relação à discordância de cláusulas de contrato, em relação à cobrança, indenizações, dentre outras.
- (d) Esta provisão refere-se à diferença da cota patronal de INSS recolhida de forma gradual conforme determinação da Lei 11.096/2005 para as entidades que aderirem

ao programa ProUni e transformação da entidade sem fins lucrativos para com fins lucrativos. Esta provisão está sendo recolhida através de depósito judicial e está contabilizada no resultado na rubrica "despesas com pessoal".

Processos classificados como possíveis:

	Consolidado		
	31/12/2020 31/12/201		
Trabalhistas	32.737	21.838	
Tributários	164.620	181.628	
Cíveis	28.138	30.629	
Total	225.495	234.095	

Existem alguns processos classificados como possíveis, existentes antes da aquisição das controladas "IEDUC", "USJT", "Faceb", "Politécnico", "Ages", "Vidam" e "Sociesc" que possuem as mesmas garantias mencionadas nas contingências provisionadas. Tais valores fazem parte do montante de R\$ 225.495 de contingências possíveis e estão avaliados em R\$ 31.058 em 31 de dezembro de 2020, sendo R\$ 5.857 referentes à processos trabalhistas e R\$ 25.201 à processos cíveis.

A maior parte das contingências possíveis de natureza tributária referem-se a processos oriundos de aquisições referentes a exercícios anteriores à aquisição pela Ânima.

Os depósitos judiciais estão apresentados no ativo não circulante e, assim como as provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis, são atualizados pelos índices oficiais determinados para sua correção.

	Depósitos judiciais					
	Controla	adora	Consol	idado		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019		
Trabalhistas (a)	55	76	28.227	29.204		
Tributários (b)	-	-	21.413	23.755		
Cíveis (c)			13.719	8.103		
Total	55	76	63.359	61.062		

A movimentação dos depósitos judiciais do consolidado foi como segue:

	31/12/2019	Adições	Combina- ção de negócio	Resgate	Compen- sação contin- gência	Atualização/ reversão	Realo- cação	Encontro de contas	31/12/2020
Trabalhistas	29.204	5.947	65	(1.251)	(4.925)	(949)	361	(225)	28.227
Tributários	23.755	11	-	-	-	385	(2.738)	-	21.413
Cíveis	8.103	3.907	162	(130)	(196)	(305)	2.377	(199)	13.719
Total	61.062	9.865	227	(1.381)	(5.121)	(869)	0	(424)	63.359

	31/12/2018	_Adições_	Combi- nação de negócio	Resgate	Compen- sação contin- gência	Atualização/ reversão	Realo- cação	31/12/2019
Trabalhistas	23.268	8.795	-	(1.501)	(540)	784	(1.602)	29.204
Tributários	21.165	4	-	(5)	_	883	1.708	23.755
Cíveis	5.891	2.366	209	(527)	(711)	981	(106)	8.103
Total	50.324	11.165	209	(2.033)	(1.251)	2.648	-	61.062

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Conforme atas dos dias 29 de janeiro, 29 de abril e 23 de novembro de 2020, a Companhia emitiu um total de 57.914.418 ações ordinárias, resultando em um aumento de R\$ 2.038.214 no seu capital social. Com relação à variação da quantidade de ações no período, além da emissão, também foram canceladas 3.500.000 ações.

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2020, é composto por 134.622.935 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, correspondentes a R\$2.569.625, cuja composição é como segue:

	Ações Ordinárias			
	31/12/2020 31/12/201			
Total de ações em circulação	132.433.677	79.286.001		
Ações em tesouraria	2.189.258	922.516		
Total geral de ações	134.622.935 80.208.5			

b) Gastos com emissão de ações

Os custos de transação da emissão de ações pelo *follow on* ocorridos em 2020 totalizaram R\$ 87.339. Foram contabilizados em conta redutora do capital social, conforme determina o CPC 08 (R1). Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o saldo desta rubrica é de R\$ 115.978.

c) Reservas de capital

Em junho de 2020, mediante projeto denominado Dádiva 2, plano de outorga de ações da Ânima de natureza onerosa e adesão espontânea dos colaboradores, a Companhia outorgou ações existentes em sua tesouraria para colaboradores e professores, para que os mesmos pudessem se tornar sócios da Companhia.

O valor total de tais ações outorgadas foi de R\$ 5.806 reconhecidas como despesas com pessoal no resultado da Companhia e suas controladas em contrapartida reserva de capital.

Em 01 de julho de 2020, por meio da AGOE de 20 de abril de 2020, foram vendidas e transferidas aos funcionários 449.760 ações, correspondente ao valor total de R\$ 4.884. A diferença de R\$ 922 entre o total de ações outorgadas e o total de ações transferidas refere-se às ações que ainda não foram transferidas, mas que são de direito dos beneficiários do plano.

Para exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o saldo da reserva de capital é de R\$ 35.236 (R\$ 34.314 em 31 de dezembro de 2019).

d) Ações em tesouraria

Em 06 de março de 2020 foi aprovado pelo Conselho de Administração o programa de aquisição de ações de emissão da Companhia, destinadas a manutenção em tesouraria, cancelamento, recolocação ao mercado ou mesmo a destinação a plano de incentivo. Entre os meses de março a maio de 2020, foram adquiridas 5.217.200 ações, totalizando um valor de R\$ 100.487.

Em 01 de julho de 2020, por meio da AGOE de 20 de abril de 2020, foram vendidas e transferidas aos funcionários 449.760 ações, ao valor de custo de R\$ 10,87, totalizando um valor de R\$ 4.884.

Em 17 de setembro de 2020, foi aprovado pelo Conselho de Administração o cancelamento de 3.500.000 ações sem alteração do capital social e com a respectiva contabilização na forma da lei, pelo custo médio de R\$ 19,27 reais, totalizando um valor de R\$ 67.419.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de ações em tesouraria é de 2.189.258 ações ordinárias no montante de R\$ 38.206 (922.516 ações ordinárias no montante de R\$ 10.022, em 31 de dezembro de 2019).

e) Reserva de lucros

(i) Reserva legal

A Companhia deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício até 20% do capital social, optativa quando a reserva legal, somada às reservas de capital ultrapassam 30% do capital social. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o saldo de reserva legal é de R\$ 18.791, o mesmo apresentado em 31 de dezembro de 2019.

(ii) Reserva de retenção de lucros

É representada pelo lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal dos dividendos mínimos obrigatórios. Conforme estatuto social da Companhia, estes valores aguardam liberação da assembleia para sua destinação.

Em 17 de setembro de 2020, foi aprovado pelo Conselho de Administração o cancelamento de 3.500.000 ações no valor de R\$ 67.419 que foram abatidos da reserva de retenção de lucros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou prejuízo que foi absorvido pela reserva de retenção de lucros, apresentando o saldo de R\$ 105.616 (R\$ 214.146, em 31 de dezembro de 2019).

f) Dividendos

Política contábil

Conforme o estatuto social da Companhia é garantido aos acionistas, a cada exercício social, dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia não registrou montantes de dividendo em função de apresentar prejuízo no exercício.

g) Ágio em transação de capital

Em dezembro de 2012, a Companhia adquiriu ações de suas controladas pertencentes aos acionistas não controladores, por meio de contrato de compra e venda. A diferença entre o valor pago e o valor patrimonial das ações (ágio) da operação descrita acima foi reconhecida no patrimônio líquido.

h) <u>Lucro (prejuízo) por ação</u>

Com base na IAS 33 (equivalente ao CPC 41), a Companhia deve calcular o valor do resultado básico por ação para o lucro ou prejuízo atribuível aos acionistas controladores da Companhia e, se apresentado, o lucro ou prejuízo resultante das operações continuadas atribuíveis a esses titulares de ações ordinárias.

(i) <u>Lucro (prejuízo) básico por ação:</u>

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias existentes durante o exercício, excluindo as ações adquiridas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria, se houver.

	Controlad	iora
	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo do exercício Média ponderada de ações ordinárias (em milhares) Prejuízo básico por ação ordinária - R\$	(41.108) 105.932 (0,39)	(9.593) 77.632 (0,12)

(ii) Lucro (prejuízo) diluído por ação

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia tem apenas um instrumento com efeito diluidor, referente a contrato de bonificação de até 900 mil ações da Companhia, atreladas ao atingimento de metas conforme descrito na Nota Explicativa nº 29.2.

	Control	adora
	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas controladores	(41.108)	(9.593)
Quantidade média ponderada de ações Média ponderada do número de ações (em milhares) - diluído	105.932 490	77.936 764
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro (prejuízo) diluído por ação - milhares	106.422	78.700
Prejuízo diluído por ação - R\$	(0,39)	(0,12)

24. PARTICIPAÇÃO NÃO CONTROLADORES

	Consolidado
	31/12/2020
Saldo inicial	
Participações não controladores decorrentes da aquisição da Faseh	7.280
Participações não controladores decorrentes da aquisição da UniFG	6.921
Aumento de capital da controladora (diluição minoritários)	6.300
Resultado do exercício atribuível aos não controladores	457
Saldo final	20.958

25. RECEITA LÍQUIDA DE PRODUTOS E SERVIÇOS

Política contábil

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções e/ou descontos comerciais concedidos e outras deduções similares.

As receitas relacionadas com a prestação de serviços são reconhecidas quando o serviço é prestado ao cliente. Logo, os adiantamentos recebidos são registrados no passivo e reconhecidos como receita no momento da prestação dos serviços.

Os valores das receitas podem ser estimados com segurança, e é provável que os benefícios econômicos decorrentes da transação fluam para a Companhia e suas controladas.

	Controladora	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019
Receita bruta de produtos e serviços	7.460	2.493.146	1.961.354
Receita FIES	-	199.717	203.570
Descontos em mensalidades	-	(1.196.266)	(918.692)
Impostos sobre faturamento	(373)	(46.887)	(38.598)
Comissões (a)	-	(27.957)	(24.609)
Ajuste a valor presente		236	(1.526)
Receita líquida	7.087	1.421.989	1.181.499

(a) Referem-se à comissão retida pelos financiamentos FIES (FGEDUC, FG-FIES e agente financeiro), Pravaler e polos EAD.

Os descontos em mensalidade são compostos por descontos concedidos pelas controladas da Companhia, conforme abaixo demostrado:

	Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	
Gratuidade PROUNI	(248.499)	(226.171)	
Bolsas e descontos concedidos	(849.571)	(625.438)	
Pós-graduação	(4.345)	(6.695)	
Convênios com empresas	(24.306)	(16.461)	
Devoluções, abatimentos e outros	(69.545)	(43.927)	
Total	(1.196.266)	(918.692)	

26. RECEITAS E (DESPESAS) POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	
Despesas com pessoal	(33.159)	(22.531)	(696.038)	(621.275)	
Despesas com aluguel e ocupação	(1)	(2)	(29.449)	(36.828)	
Despesas com serviços de terceiros	(11.126)	(6.430)	(94.700)	(91.198)	
Propaganda e publicidade	(1.424)	(880)	(81.758)	(62.548)	
Provisão para impairment (nota explicativa nº 12 e nº 15)	(692)	-	(61.556)	-	
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 7)	-	-	(85.528)	(47.435)	
Despesas com depreciação (nota explicativa nº 13)	(1.628)	(1.655)	(50.643)	(42.604)	
Despesas com amortização (nota explicativa nº 12 e nº 15)	(15.958)	(10.526)	(37.660)	(23.715)	
Despesas com amortização direito de uso (nota explicativa nº 14)	(384)	(500)	(61.522)	(56.774)	
Manutenção	(140)	(59)	(20.696)	(22.522)	
Deslocamentos	(1.020)	(1.021)	(9.945)	(18.924)	
Provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis (nota explicativa nº 22)	94	303	(22.186)	(3.209)	
Impostos e taxas	(424)	(128)	(11.742)	(8.149)	
Outras receitas (despesas) líquidas	6.837	5.782	(36.802)	(23.885)	
Total	(59.025)	(37.647)	(1.300.225)	(1.059.066)	
Classificadas como:					
Custo dos produtos e serviços	(51.416)	(40.832)	(683.538)	(671.584)	
Despesas comerciais	(1.424)	(880)	(167.286)	(109.983)	
Despesas gerais e administrativas	(11.910)	(3.952)	(338.271)	(281.898)	
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	5.725	8.017	(111.130)	4.399	
Total	(59.025)	(37.647)	(1.300.225)	(1.059.066)	

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS DE NEGÓCIOS

A Administração da Companhia organiza o Grupo com base nos dois diferentes segmentos de serviços prestados como segue:

- a) <u>Ensino</u> Atividade atrelada às controladas Brasil, IEDUC, UNA GP, Unimonte, PGP Educação, Sociesc, FACEB, Politécnico, Cesuc, Catalana, Ages, Vidam, Unicuritiba, Faseh e Unifg que atuam na prestação de serviços educacionais ofertando cursos de ensino em níveis fundamental, médio e superior e de aperfeiçoamento profissional, incluindo cursos de graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado e extensão, além do Pronatec, tanto no ensino presencial, quanto no ensino a distância.
- b) Outros Negócios Atividade desenvolvida pelas controladas HSM do Brasil, Brasil, Sociesc e Medroom que são focadas no desenvolvimento de líderes empresariais e de empresas por meio de congressos, fóruns, seminários, cursos de especialização, cursos in-company, publicações de livros e revistas com um foco específico nas áreas de gestão e negócios, cursos preparatórios para a OAB, serviços e consultoria na área de inovação tecnológica, suporte técnico, manutenção e desenvolvimento de programas computacionais.

A alocação de ativos e despesas por meio de rateio entre os segmentos operacionais, na avaliação da Companhia, não traz benefício adicional na análise e gerenciamento do negócio e, por esse motivo, tais gastos não são alocados. Não são analisados relatórios sobre valores patrimoniais por segmento.

21/12/2020

_	31/12/2020					
		Conso	lidado			
	Ensino	Outros Negócios	Parcela não alocada	Total		
RECEITA LÍQUIDA	1.355.656	66.333	-	1.421.989		
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS LUCRO BRUTO	(664.763) 690.893	<u>(18.775)</u> 47.558		(683.538) 738.451		
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	030.033	47.550		730.431		
Comerciais	(152.674)	(11.567)	-	(164.241)		
Gerais e administrativas	(150.020)	(35.652)	-	(185.672)		
Resultado de equivalência patrimonial	-	(3.585)	-	(3.585)		
Corporativo	- (42.605)	- (50.046)	(165.223)	(165.223)		
Outras despesas operacionais	(42.605)	(58.946)	(165,222)	(101.551)		
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	345.594	(62.192)	(165.223)	118.179		
Resultado financeiro	(97.016)	(1.048)	-	(98.064)		
Resultado financeiro corporativo	<u> </u>		(56.460)	(56.460)		
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DE IMPOSTOS	248.578	(63.240)	(221.683)	(36.345)		
Imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos	3.123	(757)	(6.672)	(4.306)		
LUCRO (PREJUÍZO)DO EXERCÍCIO ANTES DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	251.701	(63.997)	(228.355)	(40.651)		
Participação dos acionistas não controladores	(457)	-	-	(457)		
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	251.244	(63.997)	(228.355)	(41.108)		

	31/12/2019				
_	Consolidado				
	Ensino	Total			
RECEITA LÍQUIDA CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	1.111.375 (639.363)	70.124 (32.221)	- 	1.181.499 (671.584)	
LUCRO BRUTO	472.012	37.903		509.915	
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Comerciais	(95.722)	(12.403)	-	(108.125)	
Gerais e administrativas	(121.787)	(26.338)	-	(148.125)	
Resultado de equivalência patrimonial	-	(2.463)	-	(2.463)	
Corporativo	-	-	(129.991)	(129.991)	
Outras (despesas) receitas operacionais	818	(2.059)		(1.241)	
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	255.321	(5.360)	(129.991)	119.970	
Resultado financeiro	(90.698)	(231)		(90.929)	
Resultado financeiro corporativo	-	-	(35.363)	(35.363)	
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DE IMPOSTOS	164.623	(5.591)	(165.354)	(6.322)	
Imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos	1.486	(107)	(4.650)	(3.271)	
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	166.109	(5.698)	(170.004)	(9.593)	

A parcela não alocada refere-se, majoritariamente, às atividades administrativas do grupo realizadas pela Companhia.

28. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

Política contábil

As receitas e despesas são reconhecidas pelo método dos juros efetivos.

	Contro	ladora	Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	
Receitas financeiras:					
Receita com aplicações financeiras	13.983	2.162	17.877	8.261	
Receita com juros de mensalidades	-	-	8.732	8.777	
Variação cambial de empréstimos	1.579	-	1.579	-	
Ganho com derivativos	3.233	1.341	3.233	1.513	
Correção monetária	-	-	4.855	4.621	
Desconto obtido	69	148	970	340	
Desconto obtido com arrendamentos (Nota Explicativa nº 14)	29	-	6.366	-	
Juros s/ tributos a compensar	36	1.713	747	2.026	
Impostos e outras receitas	(386)	13	1.226	1.468	
Total	18.543	5.377	45.585	27.006	
Despesas financeiras:					
Despesa financeira de arrendamento (Nota Explicativa nº 14)	(311)	(318)	(76.181)	(66.511)	
Despesa de juros com empréstimos	(27.195)	(28.693)	(27.915)	(29.443)	
Juros de financiamento Pravaler	-	-	(22.786)	(26.689)	
Descontos financeiros concedidos a alunos	-	-	(15.498)	(9.718)	
Variação cambial de empréstimos	-	(1.920)	-	(1.920)	
Despesa com derivativos	(5.715)	(1.319)	(5.715)	(1.319)	
Despesa bancária	(11.622)	(172)	(12.629)	(1.340)	
Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária com títulos	-	-	(27.286)	(10.583)	
Outros despesas	(408)	(1.573)	(12.099)	(5.775)	
Total	(45.251)	(33.995)	(200.109)	(153.298)	
Resultado financeiro	(26.708)	(28.618)	(154.524)	(126.292)	

29. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Política contábil

Os créditos e débitos com partes relacionadas correspondem a direitos e obrigações que foram contraídos entre a Companhia e suas partes relacionadas, oriundas principalmente de operações de empréstimos de mútuo e acordo para rateio de custos e despesas corporativas, cujas condições financeiras são estabelecidas de comum acordo entre a Companhia e as partes relacionadas.

A composição do saldo de partes relacionadas é como segue:

\sim	^	n	+	r	n	la	Ы	^	rs

			31/12/2	2020					31/12	/2019		
		Ativo		Pas	sivo	Resultado		Ativo		Pass	sivo	Resultado
	Contas a receber (a)	Mútuos	Dividendos a receber	Fornece -dores	Mútuos	Receitas	Contas a receber (a)	Mútuos	Dividendos a receber	Fornece- dores	Mútuos	Receitas
Brasil	16.730	-	28.177	463	-	-	54.907	_	28.177	611	-	-
IEDUC	2.784	_	20.170	216	-	-	2.235	_	18.352	2.527	-	-
PGP Educação	247	-	-	-	-	-	510	-	-	-	-	-
Unimonte	1.273	2.513	2.823	115	-	-	1.113	-	2.934	626	16.173	-
SOCIESC	3.922	-	-	102	-	-	11.566	-	-	89	-	-
Instituto Ânima	-	10.242	-	48	-	505	-	9.737	-	-	-	291
FACEB	1.081	-	-	-	-	-	834	-	-	5	-	-
Unisul	7.460	-	-	-	-	7.460	-	-	-	-	-	-
Politécnico	249	-	-	-	-	-	357	-	-	5	-	-
HSM Brasil	224	-	-	-	-	-	333	-	-	-	-	-
Santa Antonieta	-	-	-	-	7	-	-	-	-	-	7	-
AGES	933	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VIDAM	1.487	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SOBEPE	1	-	4.824	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	352	59		70			241	14		70		
Total	36.743	12.814	55.994	1.014	7	7.965	72.096	9.751	49.463	3.933	16.180	291

Consolidado

-		31/12/2020				31/12/20	019	
_	Ativo	Passiv	0	Resultado	Ativo	Passivo		Resultado
_	Mútuo	Fornecedores	Mútuo	Resultado	Mútuo	Fornecedores	Mútuo	Resultado
Santa Antonieta Gestão Patrimonial (b)	-	-	81	1.194	-	263	9	4.841
Instituto Ânima (c)	10.843	48	-	505	9.797	-	-	291
Unisul	-	-	-	7.460	-	-	-	-
Compostella	-	-	1	-	-	-	-	-
Virtual Case	-	-	2	-	-	-	-	-
Total	10.843	48	84	9.159	9.797	263	9	5.132

- (a) Refere-se ao rateio dos gastos da Companhia para suas controladas, bem como aos saldos a receber com a Unisul.
- (b) A partir de 2019, refere-se, principalmente, ao valor da depreciação e AVP de aluguel do Campus Aimorés, utilizado pela Brasil. O Valor pago no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi R\$ 1.194.

(c) Refere-se, principalmente, a empréstimos concedidos para fomentar projetos que visam desenvolvimento de novas técnicas e modelos de ensino. A quitação deverá ocorrer no prazo de 84 meses a partir de dezembro 2021, data da finalização do projeto.

29.1 Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os diretores estatutários e conselheiros da Companhia.

	Contro	oladora	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Benefícios de curto prazo	5.950	4.842	6.246	6.863

29.2 Remuneração baseada em ações

Em 26 de agosto de 2019, a Companhia assinou, juntamente com o principal executivo da Sociesc, Instrumento de Transação, Distrato e Outras Avenças onde foi consensual a apuração de suas metas para a bonificação em ações, a qual o executivo fará jus a 548 mil ações da Companhia (ANIM3).

O valor justo das ações outorgadas foi determinado através do preço médio das ações no mês de janeiro de 2016, período em que foram compradas as ações para pagamento da bonificação, e que estão mantidas, em tesouraria, ao preço médio de R\$ 10,27 reais.

O valor justo complementar das 98 mil ações concedidas foi reconhecido na rubrica "despesas com pessoal", e a contrapartida foi registrada na rubrica "reserva de capital" no patrimônio líquido no valor de R\$ 1.006, em 30 de setembro de 2019.

Em abril de 2020, a Companhia autorizou um plano de outorga de ações da ÂNIMA aos seus colaboradores e professores, mediante o qual foi realizado um pagamento de bonificação que poderia, a critério dos mesmos, ser convertido na aquisição de ações ao valor de R\$10,87 reais. Em 01 de julho de 2020, conforme aprovado na AGOE de 20 de abril de 2020, foram transferidas 449.760 ações em tesouraria para os colaboradores e professores que exerceram esse direito, resultando em um custo para a Companhia no montante de total R\$ 5.806. De natureza onerosa, adesão voluntária e espontânea, com objetivo de viabilizar a aquisição de um lote de ações. Em contrapartida, os elegíveis deverão manter inalienáveis 50% das ações adquiridas, durante o período de venda restrita, conforme programa específico fixado pelo Conselho de Administração da Companhia.

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Política contábil

São inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros a valor justo, por meio do resultado, são reconhecidos imediatamente no resultado.

30.1 Gerenciamento de riscos financeiros:

No curso normal das suas operações, a Companhia e suas controladas estão expostas aos seguintes riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros:

(a) <u>Risco de liquidez</u> – é o risco que a Companhia e suas controladas possuem em uma eventual falta de recursos necessários para liquidar suas obrigações nas datas de vencimento.

A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julguem adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

De acordo com o CPC 40 parágrafo 39, a Companhia deve divulgar uma análise de vencimento dos passivos financeiros remanescentes (principal e juros). Na tabela a seguir demonstramos tais valores da Companhia e suas controladas.

		Conso	lidado	
	Menos de	Entre	Acima de	
	1 ano	1 e 2 anos	2 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2020: Empréstimos, financiamentos e debêntures Títulos a pagar Fornecedores Arrendamentos a pagar Derivativos	148.319 38.220 48.829 43.908 406	380.753 156.571 - 114.365 1.361	225.961 40.886 - 541.860 1.362	755.033 235.677 48.829 700.133 3.129
Em 31 de dezembro de 2019: Empréstimos, financiamentos e debêntures	138.176	372.791	296.433	807.400
Fornecedores	31.982	-	-	31.982
Títulos a pagar	65.331	36.159	39.058	140.548
Arrendamentos a pagar	24.688	78.713	451.832	555.233
Derivativos	(2.585)	-	-	(2.585)

- (b) <u>Risco de crédito</u> É o risco que a Companhia e suas controladas possuem em relação ao não cumprimento pela contraparte de uma obrigação em relação a um instrumento financeiro ou contrato de cliente, ocasionando perdas financeiras. A Companhia constitui provisão para perda estimada considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas.
 - (i) <u>Contas a receber:</u> A Companhia e suas controladas pautaram suas políticas comerciais aos níveis de risco de crédito a que estão dispostas a se sujeitar no curso de seus negócios limitados às regras do Governo Federal (Lei nº 9.870/99, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares). A matrícula para o período letivo seguinte é bloqueada sempre que o aluno fica inadimplente com a instituição, fazendo com que o aluno negocie seus débitos. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de

seus alunos, assim como o acompanhamento dos prazos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. Com o objetivo de mitigar os possíveis efeitos da pandemia a Companhia firmou uma parceria com a Mapfre Seguros bem como uma flexibilização na modalidade de financiamento dos alunos junto ao Pravaler (nota explicativa nº 34).

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o contas a receber encerrou com uma elevação em seu saldo ocasionada por um conjunto de fatores como: o crescimento da receita orgânica; as novas aquisições realizadas no período; o aumento dos valores a receber de FIES devido ao adiamento nos prazos de aditamento; e os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre a capacidade de pagamento dos estudantes. A Companhia e suas controladas implementaram medidas na busca de reduzir o nível de valores vencidos, e acreditam que, juntas, tais medidas poderão devolver os valores vencidos aos patamares historicamente observados. A Companhia e suas controladas sublinham a necessidade de atenção redobrada no curto prazo neste item, dado o cenário econômico ainda pressionado.

(ii) <u>Instrumentos financeiros:</u> A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e aplicações financeiras, efetuando seus investimentos com instituições financeiras de primeira linha, considerando o *rating* da agência Fitch Rating, e de acordo com limites previamente estabelecidos.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, nas datas das demonstrações financeiras, como segue:

	Notas	Contro	ladora	Conso	lidado
	explicativas	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	6	18.100	3.357	73.183	31.552
Aplicações financeiras	6	1.056.301	86.764	1.204.671	151.042
Contas a receber	7 e 29	36.743	72.096	378.978	213.346
Adiantamentos diversos	8	3.478	3.734	24.985	27.770
Créditos com partes relacionadas	29	12.814	9.751	10.843	9.797
Total		1.127.436	175.702	1.692.660	433.507

(c) Risco de mercado – É o risco que a Companhia e suas controladas possuem de o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinado instrumento financeiro oscilem devido as variações nas taxas de juros, índices de correção e câmbio.

(i) Risco de câmbio - A Companhia e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e resultado, com o propósito de atender às suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado decorrentes do descasamento entre moedas e indexadores. As operações com instrumentos derivativos são realizadas de acordo com o plano anual de negócios da Companhia previamente aprovado pelo Conselho de Administração.

A Companhia realizou operações de empréstimo em dólares norteamericanos, e contratou um *SWAP* para garantir a cotação do dólar, com objetivo de mitigar o risco de variação cambial. Esta operação foi designada como hedge de valor justo.

Adicionalmente, a controlada HSM Brasil realiza operações de "compra" de moeda a termo (*NDF – Non Deliverable Foward*), em dólares, cujo objeto de proteção refere-se à contratação de prestadores de serviços em moeda estrangeira altamente prováveis, e essa operação de derivativo é contabilizada no balanço da controlada da Companhia pelo valor justo, e os ganhos ou as perdas relacionadas são reconhecidos imediatamente no resultado financeiro.

As operações de derivativos possuem os seguintes montantes e condições:

		Cont	roladora			
Data de Data de contratação vencimento	Valor lastreado (USD mil)	Valor (R\$ mil)	Cotação contratada	Ajuste valor justo (R\$mil)	Taxa contratada	Taxa SWAP
10/07/2020 15/03/2028	15.000	79.409	5,3760	2.205	Libor +2% a.a.	CDI + 1,95% a.a.
Total	15.000	79.409	=	2.205		
Passivo Circulante Passivo Não Circulante				276 1.929		

(ii) <u>Risco de juros</u> - A Companhia possui empréstimos, financiamentos e debêntures contratados em moeda nacional e subordinados a taxas de juros vinculadas a indexadores (principalmente CDI). O risco relacionado a esses passivos resulta da possibilidade de existirem mudanças nas taxas de juros.

A Companhia não tem contratos firmados de proteção contra esse tipo de risco, contudo, monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se do risco de volatilidade dessas taxas.

Os fundos de renda fixa de crédito privado têm o objetivo de acompanhar a variação do CDI, através da alocação em papéis de renda fixa, derivativos e cotas de fundos de investimento, negociados nos mercados interno e externo, sendo vedada exposição de renda variável e alavancagem.

As taxas de juros contratadas no passivo circulante e passivo não circulante podem ser demonstradas conforme a seguir:

		Conso	lidado
	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
Aplicações financeiras:			
Fundos de renda fixa	6	(1.204.671)	(151.042)
Empréstimos e financiamentos:			
Certificado de Depósito Interbancário - CDI	16	558.109	665.568
Derivativos		2.205	(2.391)
TJLP e TR	16	-	178
TFC	16	-	993
Arrendamentos a pagar	14	666.579	555.233

	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
Títulos a pagar:			
INPC	21	45.973	35.456
Média INPC/IGPM/IPCA	21	167.965	38.774
TR	21	8.799	11.860
Média IGPM/IPCA	21	2.677	3.442
IPCA	21	1.788	2.541
Total		249.424	1.160.612

30.2 Gestão de capital

A Companhia e suas controladas administram seu capital, para assegurar que possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Companhia e de suas controladas e considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento de modo consolidado por meio da utilização do índice de alavancagem financeira.

A seguir, estão demonstrados os índices de alavancagem financeira:

	Nota	Nota Controladora			Consolidado		
	explicativa	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	643.660	677.356	650.777	690.466		
Arrendamentos a pagar	14	2.421	2.589	666.579	555.233		
Derivativos	30.1	2.205	(2.391)	2.205	(2.391)		
Caixa e equivalentes de caixa	6	(18.100)	(3.357)	(73.183)	(31.552)		
Aplicações financeiras	6	(1.056.301)	(86.764)	(1.204.671)	(151.042)		
Dívida líquida		(426.115)	587.433	41.707	1.060.714		
Patrimônio líquido	23	2.505.518	690.435	2.526.476	690.435		
4							
Índice de alavancagem financeira		(17%)	85%	2%	154%		
manecha							

30.3 Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial e/ou divulgadas:

(a) Valor justo versus valor contábil

Nas operações que envolvem os instrumentos financeiros, foram identificados que os empréstimos, financiamentos e debêntures possuem diferenças entre os valores contábeis e os seus valores justos, por possuírem prazos alongados para a sua liquidação.

Os valores justos foram calculados projetando os fluxos futuros e utilizando as taxas de juros adquiridas em cada um dos contratos (Nota Explicativa nº 16.).

Trazendo estes valores a valor presente utilizando as taxas médias das captações, em conformidade com as utilizadas pelo mercado.

A taxa de desconto utilizada nos passivos financeiros, em 31 de dezembro de 2020, foi de 3,23% (4,95%, em 31 de dezembro de 2019).

Os valores justos estimados são como seguem:

			Contro	oladora	
		31/12	2/2020	31/12	/2019
	Nota	Valor	Valor	Valor	Valor
	explicativa	justo	contábil	justo	contábil
Passivos financeiros líquidos					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	644.196	643.660	686.732	677.356
Arrendamentos a pagar	14	2.421	2.421	2.589	2.589
Derivativos		2.205	2.205	(2.391)	(2.391)
Total		648.822	648.286	686.930	677.554
			Consc	olidado	
		31/12	Consc 2/2020	olidado 31/12	/2019
	Nota	31/12 Valor			/2019 Valor
	Nota explicativa		2/2020	31/12	
Passivos financeiros líquidos		Valor	2/ <u>2020</u> Valor	31/12 Valor	Valor
<u>Passivos financeiros líquidos</u> Empréstimos, financiamentos e debêntures		Valor	2/ <u>2020</u> Valor	31/12 Valor	Valor
Empréstimos, financiamentos	explicativa	Valor justo	Valor contábil	31/12 Valor justo	Valor contábil
Empréstimos, financiamentos e debêntures	explicativa 16	Valor justo 651.286	Valor contábil 650.777	31/12 Valor justo 699.914	Valor contábil 690.466
Empréstimos, financiamentos e debêntures Arrendamentos a pagar	explicativa 16 14	Valor justo 651.286 666.579	Valor contábil 650.777 666.579	31/12 Valor justo 699.914 555.233	Valor contábil 690.466 555.233

(b) Hierarquia do Valor Justo

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas adotaram o nível 2 para os derivativos e para todos os empréstimos, financiamentos, debêntures e títulos a pagar.

30.4 Qualidade do crédito dos ativos financeiros:

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Contro	ladora	Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	
Contas a receber de clientes					
Contrapartes sem classificação externa de crédito	36.743	72.096	378.978	213.346	
	36.743	72.096	378.978	213.346	
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo (i) AAA	341	12	7.611	4.412	
Aplicações financeiras (i) AAA	467.826	85.547	626.887	126.836	
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo (i) AA+	-	7	-	6.947	
Aplicações financeiras (i) AA+	-	-	-	3.224	
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo (i) AA	42	-	9.086	-	
Aplicações financeiras (i) AA	293.102	-	295.372	-	
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo (i) A-	22	4	209	211	
Aplicações financeiras (i) A-	313.036	4.513	338.439	40.738	
	1.074.369	90.083	1.277.604	182.368	

⁽i) "Rating nacional" atribuído pela agência de classificação de risco Fitch Ratings.

31. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Segue abaixo o demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que podem gerar prejuízos materiais à Companhia e suas controladas, demonstradas em cenário 1 (indexadores utilizados: CDI – 1,90%, INPC – 5,45%, IPCA – 4,52%, IGPM – 23,14%, TJLP – 4,87% e TR – 0%), considerando um horizonte de 12 meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, portanto, a fim de apresentar 25% e 50% na variação do risco considerada respectivamente.

_	Controladora						
	31/12/2020						
					Efeito no resultado		
	Indexador	Risco	Valor	Cenário 1 provável	Cenário 2 possível possível (25%)	Cenário 3 remoto remoto (50%)	
Aplicações financeiras	CDI	Baixa do CDI	(1.073.964)	(20.405)	(15.304)	(10.203)	
Empréstimos, financiamentos e debêntures (moeda nacional)	CDI	Baixa do CDI	554.401	10.534	7.900	5.267	
Empréstimos e financiamentos (moeda estrangeira)	CDI	Baixa do CDI	79.409	205	153	102	
Derivativos	CDI	Baixa do CDI	2.205	42	31	21	
Exposição líquida - perda			(437.949)	(9.624)	(7.220)	(4.813)	

O Saldo residual da rubrica "caixa e equivalentes a caixa" e "aplicações financeiras" do balanço patrimonial é dinheiro em caixa.

	Consolidado						
			31/12/2020			_	
				Efeito no resultado			
				Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	
	Indexador	Risco	Valor	provável	possível (25%)	remoto (50%)	
Aplicações financeiras	CDI	Baixa do CDI	(1.260.698)	(23.953)	(17.965)	(11.977)	
Empréstimos, financiamentos e debêntures (moeda nacional)	CDI	Baixa do CDI	558.109	10.604	7.953	5.302	
Empréstimos e financiamentos (moeda estrangeira)	CDI	Baixa do CDI	79.409	205	153	102	
Derivativos	CDI	Baixa do CDI	2.205	42	31	21	
Títulos a pagar	Média INPC/IGPM/IPCA	Baixa da média	167.965	18.534	13.901	9.267	
Títulos a pagar	INPC	Baixa do INPC	45.973	2.504	1.878	1.252	
Títulos a pagar	TR	Baixa da TR	8.799	-	-	-	
Títulos a pagar	Média IGPM/IPCA	Baixa da média	2.677	370	278	185	
Títulos a pagar	IPCA	Baixa do IPCA	1.788	81	61	40	
Exposição líquida - perda			(393.773)	8.387	6.290	4.192	

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, efetuamos a análise de sensibilidade considerando o cenário de "baixa dos indexadores", pois é o cenário que mais nos impactaria negativamente no período atual por termos mais aplicações do que empréstimos e títulos a pagar.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

As taxas utilizadas nas projeções descritas acima foram baseadas na estimativa de CDI, divulgada pela Cetip; do INPC, IPCA, IGPM, divulgados pelo IBGE; TJLP, divulgada pela IDG; e da TR, divulgada pelo BACEN, consideradas pela Administração como fontes externas independentes e confiáveis.

32. COBERTURA DE SEGUROS

É política da Companhia e de suas controladas manter cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Todas as apólices de seguros foram contratadas em sociedades de seguros do mercado brasileiro.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía apólices de seguro nas quais estão cobertos, entre outros, incêndios, alagamentos, acidentes de trabalho, danos elétricos, tumultos, quebra de vidros, equipamentos eletrônicos, roubos, queda de raios, explosões, vendaval, impacto de veículos e queda de aeronaves.

33. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - PRINCIPAIS TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

33.1 Transações que não afetam caixa

Para a correta análise das demonstrações de fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, é necessário que sejam avaliadas as transações abaixo descritas, que não afetaram o caixa:

(a) Compensados valores de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos com

créditos tributários diferidos no valor de R\$ 4.552 sem efeito caixa;

- (b) Revertemos a provisão para risco no valor de R\$ 416 garantida pelos contratos dos vendedores que preveem o ressarcimento destes valores caso a Companhia e suas controladas desembolsem algum valor em relação a estes processos;
- (c) Compensamos o montante de R\$ 5.121 das contas de depósito judicial e contingências, reduzindo ambos os saldos sem afetar o caixa;
- (d) Em 29 de abril de 2020, foi aprovado na AGOE aumento de capital na Companhia no valor de R\$ 20.000 mediante a emissão de 563.698 novas ações da Companhia, integralizadas através da incorporação de ações de sua subsidiária Vc Network. Operação proveniente da aquisição da Unicuritiba;
- (e) A Companhia integralizou capital no montante de R\$ 65 em sua subsidiária Brasil Educação com opção ao direito de compra da Faseh.
- (f) A Companhia integralizou capital no montante de R\$ 20.050 em sua subsidiária Insegnare com opção ao direito de compra da UNIFG.

33.2 Atividades de financiamento

A movimentação das atividades de financiamento da controladora e consolidado está demonstrada a seguir:

		_		
	Empréstimos e financiamentos	Arrendamentos a pagar	Derivativos	Ações em tesouraria
Saldo em 31/12/2019	(677.356)	(2.589)	2.391	10.022
Fluxo de Caixa	60.431	590	(3.233)	100.487
Variação sem Caixa:				
Variação cambial	1.579	-	(1.579)	-
Variação derivativos	-	-	(903)	-
Movimentação MTM	(1.119)	-	1.119	-
Juros	(27.195)	-	-	-
Ajuste a valor presente	-	(311)	-	-
Reserva de lucros	-	-	-	(67.419)
Realização plano de incentivo	-	-	-	(4.884)
Arrend. direito de uso imóveis	<u> </u>	(111)	<u> </u>	
Saldo em 31/12/2020	(643.660)	(2.421)	(2.205)	38.206

Consolidado					
Empréstimos e financiamentos	Arrendamentos a pagar	Derivativos	Títulos a pagar	Ações em tesouraria	
(690.466)	(555.233)	2.391	(140.548)	10.022	
67.144	102.628	(3.233)	89.871	100.487	
1.579	-	(1.579)	-	-	
-	-	(903)	-	-	
(1.119)	-	1.119	-	-	
(27.915)	-	-	(14.014)	-	
-	(76.181)	-	(12.930)	-	
-	-	-	-	(67.419)	
-	-	-	(166.930)	-	
-	-	-	7.399	-	
-	-	-	-	(4.884)	
-		-	1.475	-	
	(137.793)	-			
(650.777)	(666.579)	(2.205)	(235.677)	38.206	
	financiamentos (690.466) 67.144 1.579 - (1.119) (27.915)	financiamentos a pagar (690.466) (555.233) 67.144 102.628 1.579 - - - (1.119) - (27.915) - - (76.181) - - -	Empréstimos e financiamentos Arrendamentos a pagar Derivativos (690.466) (555.233) 2.391 67.144 102.628 (3.233) 1.579 - (1.579) - - (903) (1.119) - 1.119 (27.915) - - - (76.181) - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - -	Empréstimos e financiamentos Arrendamentos a pagar Derivativos Títulos a pagar (690.466) (555.233) 2.391 (140.548) 67.144 102.628 (3.233) 89.871 1.579 - (1.579) - - - (903) - (1.119) - 1.119 - (27.915) - - (14.014) - (76.181) - (12.930) - - - - - - - 7.399 - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - </td	

34. OUTROS ASSUNTOS

Aquisição Laureate

Em 02 de novembro de 2020, a Companhia firmou contrato para aquisição dos ativos do Grupo Laureate no Brasil. O *Transaction Agreement* prevê um preço, no fechamento de

R\$ 4.400.000, sendo R\$ 3.777.000 a serem pagos em dinheiro e R\$ 623.000 de dívidas dos ativos a serem assumidas pela Companhia, implicando em um múltiplo de 10,7x EV/EBITDA Ajustado 2020 ou 6,7x após as sinergias mapeadas, em 2026.

A proposta inclui ainda, R\$ 203.000 a título de earn-out por 135 vagas de medicina pendentes de aprovação. E, conforme fato relevante divulgado em 30 de outubro de 2020, a Companhia pagou o valor da multa referente ao processo do *Go Shop* à Ser Educacional, no valor de R\$ 180.000 em 04 de novembro de 2020 (este valor está classificado como "Direito a receber por aquisições – nota explicativa 11).

Fez parte da operação a venda concomitante de 100% da FMU ("Faculdades Metropolitanas Unidas") ao fundo Farallon, nos termos do acordo já celebrado, em que a Farallon assumiu a obrigação de comprar todas as participações futuras na FMU, por um valor de R\$ 500.000 ("Equity Value"). Dentre as condições para implementação da Transação e para a venda da FMU à Farallon, ressalta-se a condição suspensiva de aprovação da operação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, nos termos da legislação aplicável.

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 20 de janeiro de 2021, a Companhia, por meio de sua controlada "Sociesc" exerceu o direito de compra e titularidade da mantença sobre a Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul, sediada na cidade de Tubarão, em Santa Catarina

Em 18 de fevereiro de 2021, por meio de assembleia geral extraordinária, a Companhia aprovou o desdobramento de ação, na proporção de três para cada uma ação. Com esta operação, a Companhia passará das atuais 134.622.935 (cento e trinta e quatro milhões, seiscentas e vinte e duas mil, novecentas e trinta e cinco) ações ordinárias, para o total de 403.868.805 (quatrocentos e três milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, oitocentos e cinco) ações ordinárias. O capital social será mantido o mesmo, R\$ 2.569.625. As ações ordinárias resultantes do desdobramento conferirão aos seus titulares os mesmos direitos e vantagens das ações atualmente existentes incluindo dividendos e juros que vierem a ser declarados.